

**A PASTORAL NUMA PERSPECTIVA DAS CULTURAS E COMUNIDADES
SURDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Por
Edivaldo dos Santos Junior

FACULDADE BATISTA DO RIO DE JANEIRO
2008

**A PASTORAL NUMA PERSPECTIVA DAS CULTURAS E COMUNIDADES
SURDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Por
Edivaldo dos Santos Junior

Monografia apresentada à Coordenadoria Geral de
Graduação da Faculdade Batista do Rio de Janeiro
para a obtenção do título de Bacharel em Teologia.

FACULDADE BATISTA DO RIO DE JANEIRO
2008

FACULDADE BATISTA DO RIO DE JANEIRO

**A PASTORAL NUMA PERSPECTIVA DAS CULTURAS E COMUNIDADES
SURDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Autor: Edivaldo dos Santos Junior

Orientadora de Conteúdo: Prof.Dra. Naara Lúcia de Albuquerque Luna

Orientadora de Forma: Prof. Ms. Maria Celeste de Castro Machado

Aprovado em ____/____/____

Rio de Janeiro - 2008

Dedico este trabalho as pessoas que tem feito da pastoral dos Surdos uma realidade presente e relevante em nossas igrejas. Em especial ao Surdo Brasileiro, que é a motivação e inspiração desta pesquisa.

Agradeço a minha querida e amada família, que em todos os momentos me apoiou e lutou comigo, em especial à minha Mãe Mariana, mulher de fibra e coragem, que tem me ensinado a viver. A minha linda namorada e futura esposa Lilian que sempre está a me apoiar e a me amar de coração. Aos mestres Naara Luna, pela excelente orientação e atenção que me dedicou, e a Maria Celeste, pelo carinho motivador e orientação que fez com que este trabalho se tornasse real. A todos os colegas de turma com quem tenho aprendido a dialogar e respeitar os outros. A todos os Surdos e Interpretes que participaram das pesquisas de campo. A minha querida Igreja Batista da Piam, que tem acreditado e investido em mim. Gostaria de agradecer a Marília Moraes Manhas, uma pessoa muito especial que tem dedicado a sua vida ao ministério com surdos no Brasil e contribuiu para o meu ingresso nesta instituição. Meu maior agradecimento é a Deus, que me proporcionou a vida e tem me dado forças para continuar vivendo.

Ser surdo é saber que pode falar com as mãos e aprender uma língua oral-auditiva através dessa, é conviver com pessoas que, em um universo de barulhos, deparam-se com pessoas que estão percebendo o mundo, principalmente, pela visão, e isso faz com que eles sejam diferentes e não necessariamente deficientes.

Tanya A. Felipe

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de investigar as origens históricas e sociais das culturas e comunidades surdas, e a partir da experiência desse grupo social propor uma pastoral na perspectiva dos surdos do estado do Rio de Janeiro. A opção de investigação escolhida para nortear esse trabalho foi a social, pois acredita-se ser a mais preocupada em abordar o indivíduo dentro de suas particularidades. Para isto foram utilizadas algumas fontes bibliográficas sobre estudos que abordem questões sociais e históricas dos surdos, pesquisa de campo com surdos e intérpretes de algumas comunidades religiosas do estado do Rio de Janeiro (por causa da escassez de material bibliográfico na área da pastoral dos surdos), e alguns autores que trabalham sobre a questão da pastoral num âmbito mais abrangente, fazendo relação com a pesquisa de campo. O primeiro passo é o de investigar as culturas e comunidades surdas no âmbito histórico-social. Em seguida, se apresenta a sociedade ouvinte em relação ao surdo, quando se levantam aspectos das relações que acontecem entre esses dois tipos de indivíduos numa perspectiva sociopolítica. Faz-se a descrição da pesquisa de campo, apresentando as questões, os resultados obtidos e alguns comentários sobre eles. E por fim se apresenta a questão principal deste trabalho que é a proposta da pastoral e sua práxis nas culturas e comunidades surdas do estado do Rio de Janeiro. No final deste trabalho se levantará a hipótese da práxis pastoral como possível instrumento de libertação baseado nos pressupostos relacionados às culturas e comunidades surdas.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 1 |
| 2 CULTURAS E COMUNIDADES SURDAS NO BRASIL | 3 |
| 2.1 A HISTÓRIA DOS SURDOS..... | 7 |
| 2.1.1 A história dos surdos numa perspectiva mundial..... | 9 |
| 2.1.2 A história dos surdos do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro..... | 14 |
| 2.1.3 Uma história marcada pela dor..... | 17 |
| 2.2 A LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA..... | 18 |
| 2.2.1 Um olhar sobre as diferenças linguísticas..... | 22 |
| 2.2.2 A proposta Bilíngue/Bicultural nas culturas e comunidade surdas..... | 23 |
| 2.3 A PESSOA SURDA..... | 24 |
| 3 A SOCIEDADE OUVINTE E O SURDO | 27 |
| 3.1 OPRESSÃO E EXCLUSÃO..... | 29 |
| 3.2 AS AÇÕES DE RESISTÊNCIA DOS SURDOS CONTRA A OPRESSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL DOS OUVINTES..... | 32 |
| 4 PESQUISA DE CAMPO COM OS SURDOS E INTÉRPRETES DE ALGUMAS COMUNIDADES RELIGIOSAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | 35 |
| 4.1 A PASTORAL NA OPINIÃO DOS SURDOS..... | 35 |
| 4.2 A PASTORAL NA OPINIÃO DOS INTÉRPRETES..... | 43 |
| 5. A PASTORAL E A SUA PRÁXIS NAS CULTURAS E COMUNIDADES SURDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | 51 |
| 5.1 A PASTORAL NA PERSPECTIVA DAS CULTURAS E COMUNIDADES SURDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO..... | 53 |
| 5.1.1 Pastoral para todos..... | 54 |
| 5.1.2 A língua de sinais e a pastoral..... | 55 |
| 5.1.3 O surdo como agente da pastoral..... | 56 |
| 5.1.4 A igreja cristã e a pessoa surda..... | 57 |
| 5.3 A PRÁXIS PASTORAL NAS CULTURAS E COMUNIDADES SURDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO..... | 58 |
| 6 CONCLUSÃO | 63 |
| 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 66 |
| ANEXOS | 68 |

1. INTRODUÇÃO

Por muitos anos, os surdos têm sido vistos pela sociedade dominante, a dos ouvintes, como um ser inferior, deficiente, que precisa ser tratado, ou seja, a abordagem que se faz é a partir de pressupostos patológicos. Pensar dessa forma é tirar a identidade cultural desse sujeito, fazendo com que ele seja excluído de tudo e de todos. Essa prática parece ser norteadada pelo princípio da homogeneidade, onde o diferente não encontra espaço e acaba sendo colocada à margem do meio social. Essa pesquisa visa combater e desconstruir essa visão equivocada sobre o surdo, mostrando que ele não é um ser deficiente, e sim diferente e com muitas coisas a ensinar. Será levantada a hipótese do sentido da equidade como saída para uma vida mais justa, em que exista o respeito pelos diferentes.

A proposta deste trabalho é fazer uma abordagem da pastoral na perspectiva das culturas e comunidade surdas do estado do Rio de Janeiro, levantando a hipótese de a mesma ser um possível instrumento de libertação desse grupo social que muitas vezes nem é percebido como ser humano. A meta da pastoral é recuperar a dignidade dessas pessoas, propondo uma reconstrução de sua identidade. É necessário que se entenda que a análise pastoral nesta pesquisa não tem nenhum cunho apologético de determinado grupo religioso ou denominacional. O que se pretende é sugerir uma ação conjunta de todos em favor do ser surdo, na tentativa de desconstruir algumas ações que têm visto o surdo como uma anomalia, como é o caso da visão patológica mostrada acima, e construir uma ambiente onde todos possam viver em harmonia. A linha que norteará esse trabalho é a antropológica, visto que objetivo é conhecer na íntegra quem é o surdo, como ele se relaciona com sua cultura e comunidade, para que a práxis pastoral possa ser aplicada como proposta de libertação integral a partir desses pressupostos.

Entende-se que este assunto seja de total relevância para todas as pessoas, e não simplesmente para aqueles que estão envolvidos de certa forma com os surdos, pois se deve partir do princípio que o surdo faz parte da sociedade, e por isso precisa ser respeitado como tal por todos os componentes dessa sociedade. O pouco conhecimento que as pessoas de um modo geral têm a respeito do surdo tem gerado sérios problemas para esse grupo, e conseqüentemente para os próprios ouvintes. Por esse motivo, e por vários outros, é que este trabalho tem sua relevância para qualquer pessoa, seja ela religiosa ou não, pois respeitar o outro não é dever apenas do ser religioso, mas de todo cidadão. Conhecer quem é o surdo, qual a sua história, como é a sua forma de apreender o mundo são assuntos que serão abordados minuciosamente nesta pesquisa.

Para a elaboração deste trabalho foi realizada pesquisa de campo com entrevistas, sendo 62 com os surdos e 27 entrevistas com os participantes ouvintes do ministério com surdos que na maioria das vezes são intérpretes. Visto que o objetivo é fazer uma abordagem da pastoral relacionada aos surdos do estado do Rio de Janeiro, a pesquisa se limitou aos surdos e intérpretes de algumas comunidades religiosas do estado do Rio. Essa pesquisa parte do princípio de investigar o que o surdo e os ouvintes ligados às comunidades surdas têm a dizer sobre a prática pastoral e também como eles têm percebido a ação da sociedade de um modo geral. O objetivo é dar espaço para que os participantes surdos e ouvintes possam interferir nas ações de cunho religioso, social e político na qual estão envolvidos. Por muitos anos a opinião desses grupos não era considerada, sendo fadados a sofrerem calados, sem se expressarem. Para quem deseja abordar de forma relevante a pastoral na perspectiva das pessoas surdas, é necessário que se abra espaço para que o mesmo interfira no processo, saindo da zona de participante para a zona de interferidor, ou seja, aquele que age.

O caminho que será trilhado por este trabalho foi elaborado de forma sequencial, em que a abordagem busca seguir uma visão antropológica sobre os grupos sociais que vão ser investigados. Dentro dessa linha será feita uma investigação das culturas e comunidades surdas no âmbito histórico-social, sócio-político e pastoral. A partir dessa análise, se apresentará a hipótese da práxis pastoral como caminho para uma libertação integral dos surdos.

A proposta que a Teologia da Libertação (TdL) apresenta será uma norteadora para essa visão libertária da ação pastoral, posto que os objetivos dessa linha teológica são de incluir os marginalizados e libertar os que estão sendo oprimidos.

Conhecer as estruturas históricas e sociais das culturas e comunidades surdas, assim como as singularidades da pessoa surda e sua forma de perceber o mundo e de se relacionar com ele e com os outros surdos e ouvintes são fatores essenciais para que se possa pensar na elaboração de uma pastoral que atenda a esse grupo de indivíduos. Só depois de trilhar esse caminho de investigação e de elaborar uma pastoral a partir dos conhecimentos adquiridos é que se poderá agir em prol desses indivíduos com a proposta de libertação integral. Esse é o trajeto que se tentará percorrer neste trabalho.

2 CULTURAS E COMUNIDADES SURDAS NO BRASIL

Para se realizar uma abordagem da pastoral na perspectiva das culturas e comunidades surdas, é necessário que se conheça quem é a pessoa surda, tanto num âmbito individual como social e histórico. Uma das principais causas que tem feito do surdo uma pessoa marginalizada pela sociedade ouvinte é a falta de conhecimento e consequentemente de respeito. Na maioria das vezes o sujeito surdo tem sido visto numa perspectiva da deficiência, na qual lhe falta alguma coisa, fazendo com que se tenha uma visão patológica do mesmo, isto é, as pessoas percebem o surdo sempre pelo que ele não tem, ou seja, uma possível patologia da audição. Nesse sentido a surdez é vista apenas como um mal que precisa ser prevenido e tratado, fazendo com que uma abordagem social sobre ela seja irrelevante. Por esse motivo é que esta pesquisa visa apresentar uma proposta não em um sentido patológico, e sim social e histórico.

O modo de o surdo apreender o mundo é o que faz dele um ser diferente, pois sua percepção é visual, nesta, tudo está em um constante silêncio. Para se obter uma compreensão relevante da cultura e comunidade surda, o primeiro passo que precisa ser dado é o de adentrar nesse mundo de silêncio. Nos últimos séculos, muitos estudos têm sido feitos sobre os surdos, contudo a maioria deles não se preocupou em analisar esse sujeito a partir de sua própria cultura, e sim sobre o ponto de vista da cultura dos ouvintes, ou seja, era realizada uma espécie de visão etnocêntrica dos ouvintes com respeito aos surdos, levando ao desrespeito e desvalorização desse grupo. No decorrer deste capítulo esse assunto será tratado mais a fundo, demonstrando o histórico sofrido que os surdos tiveram por causa dessa abordagem acultural.

O Brasil tem se caracterizado como um país rico em diversidade cultural, onde é possível se encontrar índios, africanos, europeu, orientais entre outros. Dentro deste Brasil diversificado, temos os surdos. Estes, apesar de estarem inseridos em uma cultura que é composta na sua maioria por ouvintes, têm sua própria cultura e buscam viver em comunidades com outros surdos e alguns ouvintes que aderem ao seu modo de ser. Muitas vezes é difícil perceber a presença desse sujeito, a não ser que ele se expresse, pois a sua forma de comunicação o denuncia. Neste sentido, pode-se dizer que o surdo é um sujeito bicultural, ou seja, faz parte e se relaciona com duas culturas diferentes, a dos surdos e a dos ouvintes. Essa visão bicultural gera, ou deveria gerar um bilinguismo social, que será abordado ainda neste capítulo. O indivíduo surdo tem buscado de várias formas, e muitas

vezes tem se desdobrado para tentar interagir com a cultura ouvinte, porém, o que se percebe é que a maioria dos ouvintes não tem se preocupado em realizar nenhum esforço para estabelecer uma convivência agradável com os surdos. Querem ensiná-lo a falar utilizando a voz, a fazer leitura labial e assim por diante, mas não estão dispostos a aprender a língua de sinais, muitas vezes impedindo o próprio surdo de utilizá-la. Essa prática que tem sido realizada por muitas pessoas, demonstra uma ação preconceituosa quanto à cultura e comunidade surda. Nesse sentido, parece que os ouvintes são superiores aos surdos e que precisam ensiná-los a se comportarem como ouvintes, fazendo com que ele (o surdo) perca a sua identidade. Porém, essa é uma ação etnocêntrica, pois não existe superioridade ou inferioridade, mas sim diferença. Há casos de surdos que, devido à tradição oralista preferem utilizar a fala a partir de sons articulados ou fazer leitura labial (FENEIS, 1999), mas isso acontece mais frequentemente com aqueles surdos que não têm muito contato com a sua cultura.

Visando conhecer esses grupos sociais numa perspectiva da diferença, e não da deficiência, é que este trabalho se propõe a realizar uma abordagem histórica, social e pastoral das culturas e comunidade surdas do estado do Rio de Janeiro. Está claro que essa abordagem fica impossível de ser realizada sem considerar o pano de fundo nacional e mundial das culturas e comunidades surdas.

As palavras cultura e comunidade podem parecer estar falando da mesma coisa, porém, segundo a linguista surda Carol Padden existe certa diferença entre elas. Cultura seriam alguns comportamentos que foram transmitidos para um determinado grupo de pessoas de mesma língua, valores, regras de comportamento e tradição. Porém, comunidade se trata especificamente de um sistema social, onde existe uma convivência em que todos os participantes compartilham de suas responsabilidades uns com os outros (Carol Padden, apud FELIPE, 2006). A cultura está ligada a algo que foi transmitido, já a comunidade está ligada a convivência. Aí o próprio sistema social vai direcionando o modo de viver, e não simplesmente a tradição.

O significado de cultura, muitas vezes, tem sido visto de forma equivocada, ou seja, cultura como grau de instrução e coisas semelhantes. Esse ponto de vista tem viabilizado a opressão de grupos culturais que não possuem esse grau de instrução, fazendo deles um grupo sem cultura. Alguns acreditam que por terem estudado muito, são possuidores de muita cultura, porém, quem deseja levar a sério o que disse Carol Padden e tantos outros estudiosos, precisa abrir mão desse significado restrito ou limitado. Propõe-se aqui a definição de cultura segundo Geertz: “O conceito de ‘cultura’ é essencialmente semiótico, o homem seria um

animal amarrado a teias de significados que ele mesmo tece. A cultura seria o conjunto dessas teias” (C. Geertz, apud SANTANA e BERGAMO, 2005, p. 573). Isso demonstra que o ser humano não vive por si só, ou seja, ele está ligado a teias que o controlam, pois é um ser social e político, que precisa sempre estar se relacionando com outras teias. Entender o termo cultura de forma correta gera respeito pelo outro e conseqüentemente por si mesmo. Muitas atrocidades têm ocorrido ao longo dos séculos com vários grupos culturais por falta de respeito pelo outro. Um exemplo claro disso está na colonização de várias regiões do mundo, como foi o caso do Brasil e vários países da África, que até hoje trazem as marcas dessa injustiça. Esses grupos que iam colonizar não estavam preocupados com a cultura local, e sim em se apoderar de tudo o que eles tinham, muitas vezes realizando uma aculturação dos colonizados.

A mesma coisa que aconteceu com os países colonizados, também ocorreu e ainda tem ocorrido com os surdos, só que de maneira diferente. Os ouvintes, que sempre são em maior número, viam/veem o surdo como um ser deficiente, desvalorizando a cultura desses sujeitos. A ideia de cultura majoritária parece nortear a práxis preconceituosa e opressora dos ditos normais (os ouvintes). Ver o surdo como um ouvinte com defeito gera uma desvalorização e conseqüentemente uma marginalização desse sujeito. Cultura vai muito além de status social ou grau de instrução, e por esse motivo toda ação que esteja baseada nesses pressupostos são irrelevantes e geradoras de desrespeito. Para se caminhar por um viés que conduza a um respeito do outro, é preciso, *a priori*, que se extinga a ideia de culturas superiores, e se aplique a ideia de culturas diferentes, onde exista a possibilidade de contribuição mútua através do diálogo.

Quanto ao significado de comunidade, pode-se perceber que não existe muita aplicabilidade e pouco se conhece sobre ele. Como foi visto acima, comunidade se trata especificamente de um sistema social, onde existe uma convivência em que todos os participantes compartilham de suas responsabilidades uns com os outros (Padden apud Felipe, 2006). Porém, apesar de todos viverem em comunidade, não se consegue praticar o verdadeiro sentido que ela propõe. Viver junto com outras pessoas diferentes é o grande desafio que a comunidade sugere. Aceitar o outro, respeitando sua identidade e compartilhando as responsabilidades para que juntos possam alcançar as metas propostas é o caminho para uma vida em comunidade. O amor deve ser a premissa maior para que a vida em uma determinada comunidade seja relevante e gere uma verdadeira ação em comum.

Algo interessante que a comunidade apresenta é a possibilidade de sujeitos de culturas diferentes conviverem juntos, não importando a raça, a situação física, social e etc. Todos

juntos compartilhando das mesmas metas e ideais. Parece utópico, mas essa é a proposta da vida em comum. Porém, não é bem isso que tem acontecido, ou seja, o sentido de comunidade tem se perdido, por exemplo: algumas igrejas protestantes partem do pressuposto de uma vida em comum entre os fiéis, mas na prática isso não acontece em todas elas, visto que muitas vezes existem surdos que fazem parte de determinada igreja, mas não são respeitados como tal, sendo colocados à margem pela própria comunidade religiosa. Para onde vai o sentido de comunidade nessa situação? É preciso rever os conceitos e buscar uma plataforma onde todos sejam respeitados e colaborem mutuamente entre si. Vida em comunidade sugere uma proposta de unidade, onde acontece uma doação pelo outro e a favor do outro. É exatamente isso que Padden propõem com seu conceito de comunidade, ou seja, viver junto compartilhando as responsabilidades com o próximo não importando quem ele seja.

Carol Padden mostra que as culturas surdas são mais fechadas do que as comunidades, pois os seus participantes têm uma postura como de pessoas surdas, compartilhando de algumas crenças entre os surdos e outros que não são surdos, mas se comportam como tal. A cultura surda é mais fechada também pelo fato de os seus participantes se utilizarem apenas da língua de sinais, no caso do Brasil, a LSB (Língua de sinais brasileira). Em contrapartida, a comunidade surda pode ser formada por ouvintes e surdos que não são culturalmente surdos, pois se entende comunidade surda como um grupo de pessoas de uma determinada região que compartilham suas metas e lutam para realizá-las, não sendo obrigatório que todos sejam surdos ou se comportem como tal (Carol Padden, apud FELIPE, 2006).

Essa diferenciação entre cultura e comunidade surda que Padden mostra é muito pertinente, pois são meios diferentes que precisam ser vistos e analisados numa perspectiva diferente. Existem surdos que estão envolvidos com sua cultura, dominando plenamente a sua língua e interagindo com outros surdos e ouvintes que estejam ligados a cultura surda, porém, também existem surdos que nunca tiveram acesso a língua de sinais e talvez a nenhuma outra língua, a não ser a linguagem gestual doméstica que a família cria para se comunicar com ele. Esses não são culturalmente surdos, apesar de serem sujeitos surdos biologicamente falando. Podem até fazer parte de alguma comunidade, porém não compartilham da sua cultura. Esse isolamento cultural que ele sofre gera uma ausência de identidade, fazendo com que esse sujeito viva à margem tanto da sociedade ouvinte como da sociedade surda.

Depois de se entender como pano de fundo o que vem a ser uma cultura e uma comunidade surda e quais as diferenças entre ambas, o próximo passo é adentrar propriamente na história dos surdos, para que se possa ter um profundo conhecimento de tudo que tem sido

feito com esses sujeitos no decorrer dos séculos. Sem a compreensão do passado não é possível entender o presente. No início desse capítulo foi dito que para se realizar uma abordagem da pastoral na perspectiva das culturas e comunidades surdas era preciso, *a priori*, conhecer quem é o surdo. Mas para que isso aconteça é necessário que se conheça qual é a história desse grupo, quem são os autores que revolucionaram ou escravizaram essas pessoas, como eles eram vistos pela sociedade anteriormente e como tem sido visto agora. Esses são alguns questionamentos que serão analisados a seguir. É importante que se frise que sem história não há compreensão da realidade atual, pois tudo o que está acontecendo é reflexo de algo que já ocorreu. Deve se lembrar que, apesar da história narrar fatos ocorridos, ela sofre a influência do historiador, ou seja, quem narra o fato o faz a partir do seu ponto de vista, existindo a possibilidade de erro. Em se tratando de história dos surdos fica bem mais complicado, como veremos a seguir.

2.1 A HISTÓRIA DOS SURDOS

Analisar a história dos surdos é algo muito complexo e difícil de ser realizado, visto que ela foi escrita por pessoas ouvintes que não estavam dispostas em dar espaço para que o surdo interferisse no processo. Há riscos de muitos relatos que se tem hoje sobre o passado desses grupos não serem verídicos ou podem ter sofrido algumas modificações, visto que o pensamento dominante tinha o lápis e papel na mão, ou seja, os teóricos da tradição oralista foram os que escreveram o início da história dos surdos, e é somente por esse caminho que sabemos algo do passado dessas pessoas. Na tentativa de concertar o defeito que o surdo tinha que é a ausência da audição e o pouco uso da fala, o que fazia dele um ser excluído da sociedade, os oralistas lutaram para torná-lo como se fosse um ouvinte. Por mais que esses estudiosos tenham a sua relevância na história dos surdos, como veremos a seguir, eles não levaram em conta a opinião desse sujeito, isto é, não se preocuparam em saber se ele queria se tornar como um ouvinte ou não (PERLIN, 2002).

Como já foi dito acima, pode-se dizer que os ouvintes tentaram colonizar os surdos da mesma forma que os portugueses colonizaram os índios, só que com objetivos e práticas diferentes. Fazer essa comparação pode nos ajudar a entender melhor a ação da tradição oralista sobre as pessoas surdas, que trazem até hoje a marca dessa ação opressora. Toda práxis colonizadora não está preocupada em respeitar o direito do outro que está sendo colonizado, pois parte-se do pressuposto de que o país ou grupo dominante precisa impor sua cultura, língua, práticas religiosas e etc. ao que está sendo dominado. (PERLIN, 2002) Toma-

se como exemplo os índios que viviam no Brasil e que não aceitaram se tornar cristãos, tendo como fim a morte. É importante ser ressaltado que muitas vezes a motivação de se colonizar determinado lugar ou grupo está ligada à religião. Com os surdos não foi diferente, pois um dos primeiros teóricos a se interessar pela causa surda foi um abade francês, na tentativa de torná-los cristãos, como será dito no decorrer deste tópico. Quando se fala em colonização dos surdos, pode-se pensar que essa é uma visão pessimista ou talvez muito crítica da história, porém, ao analisá-la de forma séria, sem fazer apologia a nenhum tipo de corrente, o que é quase impossível, pode-se perceber que o termo se encaixa perfeitamente. Alguém poderia se perguntar por que os surdos foram tão martirizados e sofreram essa colonização ouvinte. Uma das principais causas foi a questão da língua. Pelo fato das pessoas surdas se utilizarem de uma língua espaço-visual para se comunicarem, ou seja, a língua de sinais, e os ouvintes (que são a maioria) fazerem uso de uma língua oral-auditiva, os surdos eram vistos como anomalias que precisavam ser tratados. Parece que essa é uma das principais premissas que norteou a práxis colonizadora oralista sobre os sujeitos surdos.

Enquanto a tradição oralista tentava consertar o surdo, impedindo-o até mesmo de utilizar a língua de sinais, pois se diferenciava muito da maioria, existiram alguns estudiosos que começavam a valorizar a língua nativa desse grupo, ainda que de forma bem simples. Um exemplo disso é o “método combinado”, criado na França e que influenciou a história dos surdos em quase todo mundo. Será observado mais adiante que foi a partir desse método que a língua de sinais começou a ser reconhecida e ganhar um status de língua, ainda que precariamente.

Por mais que essas correntes tenham sido as primeiras a se interessarem pela causa surda, algumas delas o fizeram de forma desonesta, pois não respeitaram a língua própria desse grupo, levando a uma perda de identidade que traz seus reflexos até os dias de hoje. Todavia esse é o caminho histórico dos surdos que será trilhado até o início do reconhecimento desse sujeito como uma pessoa comum, pelo menos no âmbito legal, pois na prática ainda hoje existem muitas atrocidades para com essas pessoas.

O que foi descrito acima é apenas o início da história dos surdos, ou melhor, a fase em que alguns teóricos começaram a se interessarem em relatar a história desse grupo, visto que eles sempre existiram. Antes desse período pouco se sabe sobre eles, mas existem alguns relatos que apontam para a presença de surdos desde a antiguidade, como por exemplo, determinadas perícopes de alguns textos bíblicos. Esse trabalho fará uma abordagem histórica descrevendo os fatos seguindo uma linha diacrônica, ou seja, através do tempo, respeitando cada período que os surdos viveram chegando até os dias atuais.

2.1.1 A história dos surdos numa perspectiva mundial

Como já foi dito, esse trabalho se limita a investigar as culturas e comunidades surdas do estado do Rio de Janeiro, porém, fazê-lo sem um pano de fundo mundial e nacional fica impossível, pois a história desses grupos está ligada mundialmente e nacionalmente. Neste subtópico será feita uma abordagem sintética da história mundial e nacional dos surdos, para que depois se possa entrar propriamente no objetivo do trabalho, que é analisar de forma crítica os fatos ocorridos com os surdos do estado do Rio de Janeiro, para que se obtenha um melhor esclarecimento dos tempos contemporâneos.

Um dos relatos mais antigos que dizem respeito aos surdos é uma perícopie bíblica do livro de Levítico que diz assim: “Não amaldiçoarás o surdo, nem porás tropeço diante do cego” (Lev. 19.14 - ARA). Apesar de o texto bíblico não estar interessado em narrar a história como fatos que ocorreram, pode-se perceber que os surdos de alguma forma faziam parte daquele grupo. Tem-se a consciência de que para se lidar com qualquer perícopie bíblica, é necessário que se faça uma exegese séria do texto, como uma tentativa de descobrir o sentido original do mesmo. Ao analisar o contexto onde está perícopie esta inserida, percebe-se que o escritor bíblico está tentando passar algumas leis que aquele povo precisava seguir. Quando ele diz para não amaldiçoar os surdos, pode se pressupor que existiam alguns surdos no meio deles, e que talvez estivessem sofrendo algum tipo de agressão. Seria interessante pensar que pelo fato do cego não ver e do surdo não poder ouvir, sofriam tais repressões sem poder se defender, e a partir dessa realidade o escritor bíblico vê a necessidade de estabelecer uma lei que proibisse a ação amaldiçoadora das pessoas. Este apontamento não pretende fechar a questão sobre essa citação bíblica, mas sim oferecer algumas possibilidades para se entender essa perícopie, que é considerada o relato mais antigo sobre a pessoa surda.

O famoso historiador grego Heródoto (século V a.C.), que é considerado o pai da história, via o surdo como um ser que tinha sido castigado pelos deuses. Essa visão mística amaldiçoadora parece ser antagônica ao relato bíblico que foi visto acima. Quando se analisa as narrativas que Heródoto fez dos lugares que visitou, pode-se perceber que os acontecimentos recebem uma interpretação a partir da vontade dos deuses. Nesse sentido fica mais claro entender o porquê desse historiador ver o surdo como um ser castigado pelos deuses, posto que fosse alguém diferente da maioria.

No ano 368 a.C temos um relato que parece valorizar, de certa forma, a forma de comunicação utilizada pelos surdos. Atribui-se ao pensador grego Sócrates, o grande filósofo,

a seguinte frase: “Suponha que nós, os seres humanos, quando não falávamos e queríamos indicar objetos, uns para os outros, nós o fazíamos, como fazem os surdos mudos sinais com as mãos, cabeça, e demais membros do corpo¹” (FELIPE, 2006, p. 127). Sócrates não escreveu uma linha sequer, tudo o que temos sobre esse filósofo foi escrito pelo seu discípulo Platão. Essa frase citada acima demonstra certo reconhecimento da língua de sinais utilizada pelos surdos, porém fica difícil saber qual o sentido verdadeiro desta citação. Ao mesmo tempo em que essa frase parece valorizar a língua de sinais, deixa certa dúvida, pois parece que o filósofo está comparando a língua de sinais a uma linguagem gestual da infância, podendo-se perceber isso no início da frase. Mas fato é que também na época de Sócrates os surdos estavam presentes na sociedade, pois um relato como esse não seria inventado sem nenhuma situação real de surdos sinalizando. Sócrates possivelmente deve ter presenciado alguns surdos se comunicando, e a partir daí fez a sua suposição.

Aristóteles (384-322 a.C), filósofo discípulo de Platão que influenciou muito o pensamento moderno, acreditava que era impossível se educar os surdos. Essa sentença tende a colocar esse sujeito à margem do meio social. Sendo a educação um dos pilares da cultura grega, os surdos neste ambiente estavam fadados à exclusão. Abre-se um parêntese para dizer mais uma vez que o presente de certa forma é um reflexo do que foi dito e feito no passado. Muitas são as pessoas nos tempos modernos que seguem o mesmo pensamento de Aristóteles. Na maioria das vezes fazem até sem saber quem foi seu precursor, mas o fazem porque o sistema leva a isso, fecha parênteses. Sem educação não é possível formar cidadãos críticos. Se Aristóteles estivesse certo, os surdos nunca poderiam chegar a um nível superior, como é o caso de muito nos dias de hoje.

Relatos históricos mostram que algumas civilizações, como é o caso da grega e da romana, não apenas excluía o surdo do meio social, mas chegavam ao extremo de condená-los a morte (ROCHA, 1997). Não se sabe ao certo com que tipo de surdo isso acontecia, mas acredita-se que isso era condenação a todos os surdos em que a sociedade tomava conhecimento. O mesmo aconteceu na Idade Média, onde o surdo foi parar na fogueira pelo fato de carregar consigo demônios amaldiçoadores, ou seja, esses sujeitos precisavam ser eliminados porque eram obras do demônio. Essa visão mística e opressora que as pessoas tinham sobre o surdo, destituía toda a razão de ser de uma pessoa surda, ou seja, eles não eram considerados como seres humanos, e sim como portadores de maldições. Não existe

¹ Cratylus de Plato, discípulo e cronista

outra palavra que defina melhor essa prática do que canibalismo. O demônio não estava no surdo, e sim nos líderes religiosos e políticos que compactuavam com essas práticas bizarras.

Oliver Sacks no seu célebre livro “Vendo Vozes”, nos aponta exatamente esse lado sombrio da história dos surdos. “A situação das pessoas com surdez pré-linguística antes de 1750 era de fato uma calamidade” (SACKS, 1998, p. 27), isto é, estavam condenadas ou ao isolamento, ou até mesmo à morte, como vimos acima. A situação dos surdos era uma calamidade não só por causa do isolamento e das execuções, mas principalmente pela falta de respeito para com essas pessoas, visto que não eram aceitos como cidadãos portadores de direitos e deveres. O termo pré-linguística que Sacks se utiliza está se referindo aos nati-surdos, que serão analisados no fim deste capítulo. Interessa neste momento a denúncia que esse professor de neurologia clínica está fazendo, que é o estado desumano em que os surdos se encontravam. Essa frase de Sacks parece resumir tudo o que foi exposto até o presente momento sobre a história do surdo, visto que é exatamente uma calamidade o que faziam com esses grupos de pessoas, que não tinham nem o direito de se defenderem, e mesmo que o fizessem, não seriam compreendidos.

Até o fim da Idade Média, muitas atrocidades foram realizadas com os surdos, desde a maldição dos deuses até a condenação à fogueira. Não tinham oportunidade de viver em paz nem mesmo dentro de sua casa, onde os próprios pais os tratavam como animais, tirando-lhes o direito de serem seres humanos como qualquer outro (ROCHA, 1997). Zuleide Rodrigues em seu artigo sobre a história dos surdos mostra exatamente esse lado sombrio da realidade surda apresentando alguns exemplos de como eles eram tratados neste período, diz ela que os surdos eram vistos como irracionais, não educáveis, pessoas castigadas pelas divindades, entre outros. Por causa disso eram forçados a fazerem trabalhos desprezíveis e condenados a viverem isolados (RODRIGUES, 2008). Por mais que pareça pessimista, essa é a realidade histórica dos surdos antes de 1750. Nos depararmos com essa situação não deve gerar um sentimento de piedade, e sim de transformação, posto que muitas práticas que foram narradas acima continuam a fazer parte da realidade atual dos surdos.

Como foi dito no início deste capítulo, o surdo tem a sua própria cultura e comunidade, mas está inserido em uma cultura que é a dos ouvintes. Pode-se perceber isso claramente nos fatos históricos narrados acima, onde as fases históricas exerciam total influência sobre o modo de ver o surdo. Em cada período histórico, a pessoa surda foi vista de acordo com a visão predominante da época. Em alguns momentos eles eram favorecidos, mas na maioria das vezes eram prejudicados pela linha de pensamento vigente do momento.

O período que será investigado agora é a época moderna, ou Idade Moderna, quando o Renascimento busca resgatar os princípios que a Idade Média destruiu. A visão humanista que esse período apresenta viabiliza a libertação, em certo sentido, da pessoa surda. Antes eles eram vistos como seres castigados pelos deuses, e agora são pessoas que têm o direito a uma cidadania através da educação e socialização. Eram condenados à fogueira, agora são socializados. Não resta dúvida de que aconteceu uma mudança considerável nessa visão moderna, mas não se pode esquecer que o surdo ainda continua a sofrer por causa da sua cultura, que não foi aceita de maneira integral pelos teóricos desse período. Antes o surdo não era considerado uma pessoa, agora existe a possibilidade de ele se tornar uma, desde o momento em que se transforme em um “ouvinte”, seja através da sua língua de sinais ou não. A seguir serão analisados alguns teóricos desta época, seus pensamentos e práticas sobre as culturas surdas. Antes desse período, não há relato de ninguém que tenha se interessado pela causa dos surdos e isso certamente está ligado à visão renascentista predominante.

Antes de se abordar os teóricos e suas diversas linhas de pensamento, vale ressaltar algo de extrema importância que facilitará a compreensão das práticas sobre os surdos. O Ocidente de uma forma geral tem um forte vínculo com a religião cristã, e muitas ações que aqui se deram tiveram como força motivadora o cristianismo. Nesse sentido pode-se dizer que os católicos e os protestantes foram os protagonistas da práxis educacional dos surdos durante os últimos quatro séculos, não apenas no ensino religioso, mas em todas as outras áreas do contexto secular, ou seja, os educadores dos surdos eram grandes líderes religiosos que muitas vezes tinham se sentido chamados para trabalhar com os surdos, levando-lhes a educação em todos os contextos (ROCHA, 2007). Algo interessante que precisa ser frisado é que a história dos surdos, a partir deste período, sempre esteve vinculada à educação. A maioria dos livros que fala sobre os surdos e sua história segue a linha da pedagogia, ou seja, da ação educacional realizada com essas pessoas.

O espanhol Juan Pablo Bonet (1579-1633) é o autor do primeiro livro sobre a educação dos surdos que se tem notícia, tendo como título *Reduction de las letras, y arte para enseñar a ablar los mudos*, publicado no ano de 1620 (ROCHA, 2007). Antes da publicação deste livro existiam alguns relatos sobre ações oralistas que alguns estudiosos desempenharam com pessoas surdas (século XVI), como foi o caso do monge beneditino Ponce de Leon (considerado um dos primeiros professores de surdos) (1510-1584) que tinha oralizado um surdo pertencente à nobreza. Todavia, Bonet é considerado o precursor da educação dos surdos por causa da publicação oficial do seu livro que norteou a práxis educacional dos surdos por alguns séculos. A partir daqui pode-se dizer que a tradição oralista

começa a tomar forma, posto que ela sempre existiu, mas sem uma metodologia específica como apresenta Bonet no seu livro.

Conforme já foi dito acima, nesse período onde alguns estudiosos começaram a ter certo interesse pela pessoa surda, existiam algumas metodologias que norteavam a abordagem desses teóricos, e as duas principais foram a mista ou combinada e a oral. Essas metodologias se caracterizaram a partir de duas escolas: a francesa e a alemã. A escola francesa, que seguia o método combinado, tem como fundador o abade Charles Michel L'Epée (1712-1789). Essa é a escola de onde saiu o fundador do primeiro instituto de surdos do Brasil. O pastor Samuel Heinicke (1729-1790), foi o fundador da escola alemã, que seguia o método oral. O primeiro impasse publicado sobre qual o melhor método de se educar os surdos foi desses dois teóricos citados acima, ambos defendendo as suas metodologias. A Teóloga surda Gladis Perlin na sua pesquisa de história dos surdos diz que Samuel Heinicke “mantinha debates e correspondência com L' Epée acerca da controvérsia de seus métodos” (PERLIN, 2002, p. 35). É de extrema importância que esses métodos sejam analisados nesta pesquisa, visto que a influência que ambos continuam exercendo nos dias atuais é muito forte.

O método combinado criado pelo abade L'Epée tem como fundamento a utilização de sinais associados a figuras e palavras escritas (SACKS, 1998), ou seja, utiliza-se a língua nativa do surdo para ensiná-lo a escrever e a se comunicar baseado na língua oral-auditiva. Essa metodologia, apesar de respeitar a língua dos surdos, não a compreende como uma língua no sentido pleno.

L'Epée aprendeu a língua de sinais utilizada pelos surdos pobres de Paris, tendo como objetivo catequizar o surdo e incluí-lo na sociedade. Fundou a primeira escola pública para surdos por volta do ano de 1760, de onde saíam os mais importantes professores de surdos. Essa metodologia utilizada pelo abade tem um grande diferencial das demais práticas realizadas com os surdos, e isso se dá pelo fato de ela dar certo valor à língua nativa dos surdos. Inicia-se nesse período um novo tempo da história dos surdos. Dentre os grandes pensadores que se dedicavam ao estudo com os surdos, L'Epée é o mais bem visto pelos próprios surdos até os dias de hoje. (PERLIN, 2002)

A metodologia oral, que recebe influência do livro de Bonet e das práticas da tradição oralista, é uma ação que rejeita toda e qualquer expressão que seja oriunda da língua de sinais, valorizando apenas a voz como meio de comunicação. Essa corrente tem como ideal ensinar o surdo a falar como um ouvinte, sem a utilização da língua nativa desses sujeitos. Um dos defensores e fundadores dessa corrente é o pastor alemão Samuel Heinicke (1729-1790), que chegou a fundar uma instituição para surdos em Leipzig por volta do ano 1778. Essa

instituição era um lugar onde os surdos aprendiam a falar e a se comportarem como bons ouvintes. Vale lembrar que essa metodologia encontrou seu ápice no Congresso Internacional de Surdos Mudos realizado em 1880, em Milão, Itália, onde foi aceito como o melhor método a ser utilizado na educação de surdos (ROCHA, 1997).

Essas duas metodologias apresentadas acima influenciaram todas as ações realizadas com os surdos, principalmente na área educacional. Apesar de serem um tanto que antagônicas esses métodos tinham alguns pontos em comum, como por exemplo, a não valorização da língua de sinais como uma língua completamente independente da língua oral-auditiva. Porém fica claro que o método combinado dava bem mais valor à língua nativa dos surdos do que o método oral.

2.1.2 A história dos surdos do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro

Como já foi dito acima, a escola fundada pelo abade L'Epée formou vários professores que fundaram novas escolas para surdos pela Europa, Estados Unidos, Brasil e vários outros lugares. É de lá que saiu o professor surdo francês Eduard Huet, que veio para o Brasil, especificamente para o Rio de Janeiro, em 1855 com o objetivo de fundar a primeira escola de surdos desse país. Huet trouxe uma carta de recomendação de seu projeto elaborada pelo ministro de instrução pública da França, e essa carta, depois de passar nas mãos do ministro da França no Brasil Saint Georg, foi encaminhada ao Marquês de Abrantes que a levou às mãos de Dom Pedro II. O imperador do Brasil demonstrou total apoio para que o projeto se consolidasse (ROCHA, 1997).

O Instituto de Surdos tem como data oficial de fundação o dia 26 de setembro de 1857, no estado do Rio de Janeiro. Seu primeiro nome foi Collégio Nacional para Surdos-Mudos (1856-1857), depois chamado sucessivamente de: Instituto Imperial para Surdos-Mudos (1857-1858), Imperial Instituto para Surdos-Mudos (1858-1874), Instituto dos Surdos-Mudos (1877-1890), Instituto Nacional de Surdos Mudos (INSM/1890-1957), e finalmente recebeu o nome que continua até os dias atuais que é o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES/1957-2008). Essa instituição que sempre esteve ligada ao império brasileiro não perdeu o vínculo quando o Brasil sofreu a transição de império para república, mantendo-se ligada ao governo federal até os dias de hoje. Huet ficou na direção deste instituto até o final do ano de 1861, onde foi o primeiro e único surdo a assumir esse posto. Visto que Huet era oriundo da escola francesa que adotava o método combinado, aplicou essa mesma

metodologia aos surdos brasileiros. Solange Rocha nos mostra algumas questões que dificultaram, pelo menos nos primeiros anos, o desenvolvimento do instituto. Diz ela:

A novidade de um estabelecimento escolar para educandos surdos, numa organização social que sequer os reconhecia como cidadãos e com o agravante do responsável ser também uma pessoa surda, dificultou o aparecimento de alunos-candidatos (ROCHA, 1997, p. 5).

A sociedade brasileira não via os surdos como cidadãos, e a fundação de uma instituição que atendesse a esse grupo de pessoas parecia que não fazia muito sentido para a população daquela época. O mais agravante é que o próprio diretor da escola era surdo, o que dificultou o desenvolvimento do trabalho, não por falta de capacidade de Huert, mas por falta de crédito por parte das pessoas. Mas apesar das grandes dificuldades que se enfrentaram no início do instituto, ele se manteve de pé e desenvolvendo com o passar dos tempos, e tudo graças à força de vontade que levou Huert e esposa a deixarem a França e darem uma oportunidade aos surdos brasileiros através do instituto dos surdos por eles implantado.

Não se tem relatos sobre a história dos surdos antes da fundação do INES e por esse motivo pode-se dizer que a implantação dessa instituição é um marco da história dos surdos brasileiros. Não se pode falar de história dos surdos brasileiros sem se falar sobre essa centenária instituição, que completou 150 anos em 2007.

Desde que Huet deixou a direção do instituto, muitos assumiram esse cargo, cerca de 27 diretores até 2008, e em cada gestão se utilizavam metodologias diferentes. Diversas são as crises que essa instituição já teve que enfrentar, visto que a maioria dos seus diretores não eram profissionais habilitados na área da educação de surdos. Várias foram as metodologias aplicadas, e quem mais sofria eram os surdos, e esse sofrimento era causado pela falta de preparo por parte dos líderes daquela instituição quanto a questão da surdez. É necessário que se deixe claro que a corrente metodológica que mais influenciou a prática pedagógica no INES foi a oralista, e isso prejudicou muito os surdos brasileiros de uma forma geral, pois como tem sido dito no decorrer deste trabalho, essa visão não respeita a identidade cultural do surdo, tentando transformá-lo em um surdo disfarçado de ouvinte.

É necessário que se entenda que a língua de sinais sempre esteve presente no instituto de surdos, pois essa sempre foi a forma dos surdos se comunicarem, mesmo que os diretores daquela instituição não aceitassem isso e tentassem reprimi-los quanto à utilização dessa língua. Eles a conheciam e compartilhavam entre si, porém, antes da década de 80, essa língua era utilizada apenas nos bastidores, pois ainda não fazia parte do projeto pedagógico da instituição. Apesar de no ano de 1901 ter culminado uma grande repressão quanto à utilização

da língua de sinais, época em que a concepção oralista ganha força na instituição por influência do congresso de Milão de 1880 quando se decidiu que todas as escolas de surdos deveriam utilizar o método oral (ROCHA, 1997), os surdos continuaram se comunicando, meio que clandestinamente, através da língua de sinais. Sendo o INES uma instituição que atendia as pessoas surdas de todo o Brasil, os surdos que estudaram ali aprendiam uma língua de sinais, e quando voltavam para suas cidades, ensinavam os outros surdos. Por esse motivo que a língua de sinais e sua gênese, em certo sentido, esta muito atrelada á história do INES.

Dentre os 27 diretores que o INES já teve, é importante destacar uma mulher que modificou toda a história deste instituto: foi a professora e fonoaudióloga Lenita de Oliveira Vianna. Assumiu a direção do instituto no ano de 1985, onde foi recebida com grande alegria pelos professores e funcionários, pois era a primeira diretora especializada na área de surdez. Várias foram as conquistas que Lenita alcançou na sua gestão, e uma das principais foi a criação da PAE (Pesquisa Alternativas Educacionais Aplicadas à Educação dos Deficientes da Audição). Foi a partir dessas pesquisas que a língua de sinais passou a fazer parte do projeto pedagógico do instituto (ROCHA, 1997).

Desde a aceitação da língua de sinais na metodologia pedagógica do INES, um novo caminho começou a ser trilhado na história dos surdos brasileiros, e principalmente dos surdos do estado do Rio de Janeiro, local onde se encontrava essa instituição. Passou-se a respeitar o individuo surdo a partir da sua cultura e modo de apreender o mundo, ou seja, através da visão.

Atualmente o Brasil está vivendo um estado de transição quanto ao reconhecimento das culturas e comunidades surdas. Muitas têm sido as vitórias que os surdos têm alcançado nestes últimos anos, porém, ainda existe muita coisa a ser feita e conquistada. Os ouvintes de uma forma geral precisam se libertar de todo preconceito que por vários séculos oprimiu e marginalizou os surdos, fazendo com que eles possam ser incluídos integralmente na sociedade. O mesmo vale para os surdos, que às vezes se fecham tanto que fica impossível existir essa inclusão, ou melhor, esse viver junto com os diferentes.

As mudanças que as culturas e comunidades surdas têm sofrido nos últimos anos são resultados das ações realizadas pelas associações e federações dos surdos, que têm lutado pelos direitos desse grupo, como é o caso da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS)². Como foi dito acima, o INES é a instituição responsável por uma nova

² Fundada em 1987. Essa federação tem sido a responsável por várias conquistas dos direitos dos surdos, como por exemplo, o reconhecimento da LIBRAS como língua oficial dos surdos brasileiros.

era na história dos surdos brasileiros, porém as associações e federações dos surdos exerceram e continuam exercendo um papel crucial nas culturas e comunidades surdas, às vezes mais relevantes do que o próprio INES, visto que não se preocupam apenas em educar o surdo, mas sim em lutar junto com o surdo pelos seus direitos e deveres. Promover uma comunhão entre os surdos e uma interação na sociedade são alguns dos vários objetivos que as federações e associações dos surdos têm.

2.1.3 Uma história marcada pela dor.

Ao se investigar a história dos surdos fica nítido perceber o sofrimento que esse grupo enfrentou, por causa do forte preconceito por parte dos ouvintes, que excluía e oprimia esses sujeitos de uma forma exacerbada. Considerados como frutos do castigo dos deuses, e como portadores de demônios e coisas do tipo, os surdos tinham como fim, simplesmente por serem surdos, a fogueira. Sabendo-se que quase todos os relatos sobre a história dos surdos foram escritos pelos ouvintes, muita coisa pode ter ficado em oculto, ou seja, é possível que os surdos tenham tido uma história muito mais dolorosa do que os livros contam.

Owen Wrigley diz que “esta história dos surdos é uma decepção, simplesmente reinocando e reescrevendo a dominação e a exclusão que têm mais frequentemente sido conhecidas como ‘marcadores’ da experiência histórica das pessoas surdas” (Owen Wrigley, apud PERLIN, 2002, p. 19). É uma decepção pelo fato de não abordar o lado positivo dos surdos, de como eles venceram toda a opressão que sofreram e continuam sofrendo. Pode-se comprovar com essa frase de Wrigley o que foi dito acima sobre a história sofrida dos surdos, isto é, uma história marcada pela dor e com o predomínio da “dominação e a exclusão”, história essa que ainda continua exercendo grande influência nos dias atuais, só que de forma mais velada. A crítica que Wrigley está fazendo a história dos surdos é muito pertinente, pois diz respeito ao cerne de todo o problema, isto é, a visão preconceituosa que os ouvintes, autores da história dos surdos, tinham e continuam tendo sobre os surdos. Apenas reescrever essa história não tem nenhuma relevância segundo Wrigley, pois nada é transformado. O que se deve fazer é pensar na história sofrida dos surdos e buscar escrever uma nova história junto com os surdos, um processo em que os próprios possam interferir. O que já sucedeu não pode ser transformado, mas as coisas que estão para acontecer podem ser modificadas, isto é, não se pode transformar o passado, mas se pode construir um presente melhor.

A presente realidade que os surdos brasileiros têm enfrentado pode ser bem percebida na fala de Gladis Perlin: “Somos herdeiros de um passado recente em que a representação

ouvinte imperou com toda a sua força. Nossa história atual tem aspectos pós-coloniais que se caracterizam por um discurso de prisioneiros, de escravizados” (PERLIN, 2002, p. 103). A marca que o colonialismo ouvinte deixou para os surdos é muito forte, e isso ainda pode ser percebido nos dias atuais, porém, depois de vários séculos debaixo do jugo opressor dos ouvintes, os surdos começam a se levantar e a lutar junto pelos seus ideais e por uma vida mais digna.

Perlin diz que: “... surgem aspectos que permitem mostrar as conquistas recentes e, ao mesmo tempo, buscar novos pontos de lutas e novas mudanças relativas ao desenvolvimento cultural dos surdos” (PERLIN, 2002, p. 103). Nesse processo de transição entre a representação imperial dos ouvintes e a visão mais humanitária sobre os surdos, surgem movimentos que começam a lutar pela causa surda, como foi dito na frase de Perlin. Na realidade atual da sociedade latino-americana e mais especificamente do Brasil, pode-se perceber um estado crítico de opressão e exclusão de vários grupos sociais, como os pobres, os negros, os índios e também os surdos. Os diferentes não têm encontrado espaço em nosso contexto latino-americano. Mas algumas mudanças têm acontecido e viabilizado uma libertação desses grupos sociais menos favorecidos.

As conquistas que podem ser ditas sobre a resistência surda no Brasil e no estado do Rio de Janeiro estão relacionadas à regulamentação da LSB como língua oficial dos surdos brasileiros, fato que será abordado no tópico seguinte. Pelo fato de cultura e comunidade surda estarem muito relacionada à língua, a regulamentação dela é a principal vitória que eles puderam alcançar, e juntamente com ela vem o direito de ser um cidadão capaz de interagir com aqueles que também se utilizem da mesma língua. Apesar da história sofrida dos surdos, eles resistiram e venceram todas as visões equivocadas que as pessoas tinham sobre eles e mostraram que são pessoas capazes como qualquer outra.

2.2 A LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA

O elemento principal que faz do surdo um ser diferente é a sua forma de apreender e se comunicar com o mundo, isto é, através da visão. A língua de sinais surge como meio pelo qual os surdos podem interagir com tudo o que está ao seu redor, pois é uma língua espaço-visual que se utiliza exclusivamente da visão. O trajeto histórico que foi percorrido acima demonstra que o grande impasse na história dos surdos estava relacionado à sua língua de sinais. Por esse motivo é de extrema importância se investigar os fatores principais da língua de sinais e mais especificamente da língua de sinais utilizada no Brasil que é denominada

LSB (Língua de Sinais Brasileira) ou LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Nesta pesquisa adotou-se o termo LSB pelo fato dele ser mais claro, visto que têm surgido algumas confusões com o termo LIBRAS, pois este difere do padrão internacional³.

Antes de se investigar a LSB é necessário que se conheça um pouco da história das línguas visuais ou línguas de sinais. Existem pessoas que dizem que o criador da língua de sinais foi o abade L'Epée, mas afirmar isso é um erro como nos mostra Gladis Perlin: “A língua de sinais já existia antes de ser adotada como linguagem para a educação de surdos pelo abade L'Epée” (PERLIN, 2002, p. 53). O abade não inventou a língua de sinais, mas sim aprendeu com os próprios surdos pobres de Paris e, em seguida a utilizou em seu método de ensino. Não se sabe especificar a época de origem da língua de sinais, mas ela já existia por muitos anos e não foi reconhecida como tal, ou era tratada como uma linguagem, isto é, como um tipo de mímica sem nenhuma estrutura gramatical, o que não é verdade. Apesar de L'Epée reconhecer a comunicação utilizadas pelos surdos, ele não a reconheceu como uma língua no sentido pleno, pois acreditava que ela era uma língua dependente da língua francesa. Outro fator que precisa ser bem esclarecido é que não existe língua de sinais universal, isto é, uma língua de sinais que seja utilizada por todos os surdos do mundo. As línguas de sinais são específicas e variam de um país para outro, e existem países que apresentam mais de uma língua de sinais, como é o caso do Brasil. A regionalidade dessa língua também é algo bem nítido, ou seja, assim como a língua oral-auditiva varia de uma região para outra dentro do mesmo país, assim também acontece com as línguas de sinais, porém de uma forma totalmente independente da língua oral. Essa regionalidade acontece pelo fato das comunidades surdas estarem localizadas em lugares diferentes, como visões e sinais que podem variar, mas nada tão dispar que venha criar várias línguas em um único país.

As investigações sobre as línguas de sinais só começaram a tomar um novo rumo com as análises feitas pelo linguista norte-americano William Stokoe por volta dos anos 1950. Antes dele nenhum linguista tinha dado atenção às diversas línguas de sinais que os surdos utilizavam, e essa falta de interesse se dava pelo fato de não ser considerada uma língua no sentido pleno, algo que Stokoe questionou e transformou como mostra Oliver Sacks:

A língua de sinais, naquela época, não era considerada uma língua propriamente dita, mas uma espécie de pantomima ou código gestual, ou talvez uma espécie de inglês estropiado expresso com as mãos. A genialidade de Stokoe foi perceber, e provar, que não era nada daquilo; que ela satisfazia todos os critérios linguísticos de

³ As línguas de sinais na sua maioria recebem uma determinada abreviatura para designá-la. Isso facilita a identificação das línguas dos diferentes países. O termo LIBRAS é confuso de ser compreendido, pois foge do padrão e muitas vezes é confundido com a moeda libra que circula em alguns países. Já o termo LSB está dentro do padrão de referência de língua de sinais, como é o caso da Língua de Sinais Americana ASL.

uma língua genuína, no léxico e na sintaxe, na capacidade de gerar um número infinito de proposições (SACKS, 1998, p. 88,89).

Em meio ao desprezo que Stokoe presenciava a respeito da ASL e das demais línguas de sinais, ele se empenhou em investigar a fundo e buscou provar que as ideias predominantes sobre essas línguas não eram verdadeiras, ou seja, provou que as línguas de sinais são línguas no sentido mais pleno, totalmente independente da língua oral-auditiva que predomine no país. Stokoe publicou junto com alguns amigos surdos o primeiro dicionário de língua de sinais em 1965, inserindo assim a ASL no campo da ciência linguística, o que serviu de incentivo para futuros estudos em diversas línguas de sinais espalhadas pelo mundo, como a LSB.

Depois dessa breve análise sobre a língua visual no sentido mais amplo, cabe agora se investigar as línguas de sinais utilizadas no território brasileiro, que é o foco principal desse trabalho. No Brasil existem relatos sobre a utilização de duas línguas de sinais, isto é, a Língua de Sinais dos índios Urubu-Kaapor que vivem na Amazônia e a Língua de Sinais Brasileira. Apesar de ser desconhecida até mesmo pelos próprios surdos brasileiros, a língua de sinais dos Urubu-Kaapor existe, porém se restringe apenas aos índios dessa tribo. Alguns estudos realizados nesse grupo constataram que todos os ouvintes utilizam a língua oral-auditiva da tribo e também a língua de sinais, ou seja, são bilíngues, enquanto que os surdos se restringem apenas à utilização da língua de sinais, sendo eles monolíngues (RAMOS, s.d). Isso demonstra uma estrutura muito interessante de relacionamento entre surdos e ouvintes dessa tribo, visto que todos conseguem se comunicar perfeitamente, pois é uma comunidade onde todos os membros conhecem a língua de sinais.

A investigação da língua de sinais que os surdos brasileiros utilizam deve estar atrelada à história do INES, visto que foi a partir da fundação dessa instituição que se passou a relatar e a se prestar atenção aos surdos brasileiros. Solange Rocha diz que “a gênese desta língua e o seu desenvolvimento estão ligados à história desta instituição” (ROCHA, 1997, p. 30). Quanto ao desenvolvimento da língua de sinais brasileira Rocha está correta, mas há de se questionar se foi o INES o responsável pelo início (gênese) da LSB, pois antes da chegada dessa instituição ao Brasil, já existia uma língua de sinais neste país. Não se tem nenhum registro histórico sobre a língua de sinais antes da fundação do instituto dos surdos, mas pode se pressupor que se haviam surdos no Brasil, fato que motivou Huert empreender o seu trabalho neste país, existia também uma língua de sinais, mesmo que fosse de domínio próprio dos surdos. O ideal seria dizer que o INES foi o lugar onde os surdos que não

conheciam a língua de sinais passavam a aprendê-la e a transmiti-la aos surdos de suas respectivas cidades, sendo por esse motivo um ambiente multiplicador e não necessariamente criador da língua. Sabendo que o fundador do instituto de surdos era oriundo da França, ele trouxe consigo a língua de sinais francesa, que conseqüentemente exerceu grande influência no desenvolvimento da língua de sinais brasileira, fato que pode ser percebido até nos dias de hoje, como é o caso do alfabeto manual francês e o brasileiro, ambos com várias semelhanças.

O mais importante documento sobre a língua de sinais brasileira foi criado pelo aluno surdo do INES Flausino José da Gama, publicado em 1873, e tem como título *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*. Esse documento traz alguns sinais separados por categorias e apresenta ilustrações criadas pelo próprio autor. Gama diz que a inspiração para a realização desse documento veio de um livro publicado na França e que estava à disposição dos alunos na biblioteca do instituto de surdos. Sete anos depois da publicação dessa iconografia, foi realizado um congresso em Milão que proibia a utilização da língua de sinais na educação dos surdos. Isso passou a vigorar no INES por volta do ano 1911, onde o método oralista passou a reger todas as práticas pedagógicas do instituto, porém os surdos e professores continuaram resistindo quanto a essa proibição até o ano 1957, época em que a língua de sinais foi oficialmente vetada naquela instituição. Mesmo com a proibição e punições severas para quem utilizasse a língua de sinais, a LSB se manteve viva, ainda que clandestinamente, dentro do instituto dos surdos. Os prejuízos que essa proibição deixou para as culturas e comunidades surdas brasileiras são incalculáveis, pois nesse período muitos documentos e livros que falavam da língua de sinais brasileira foram perdidos e até mesmo jogados fora (RAMOS, s.d).

A partir dos anos 80 consideráveis mudanças começaram a ocorrer na história da LSB, pois foi nesse período que ela passou pela primeira vez a fazer parte do projeto pedagógico do INES, como já foi visto acima. Inicia-se um período em que a língua de sinais brasileira começa a ganhar força e a sair da clandestinidade. Nesse período se iniciou uma gama de estudos sobre a língua de sinais brasileiras que se estende até os dias de hoje. A cada dia se descobrem coisas novas que essa rica língua contém e isso tem mostrado mais do que nunca o seu *status* de língua no sentido mais pleno. Recentemente, as culturas e comunidades surdas brasileiras conquistaram uma grande vitória que foi o reconhecimento da LSB como uma língua oficial através da Lei nº. 10.436 de 24 de abril de 2002⁴. No dia 22 de dezembro de

2005 foi estabelecido pelo presidente da república o decreto nº. 5.626⁵ que regulamenta a lei citada acima. Atualmente a LSB está vivendo uma fase de inserção na sociedade de uma maneira geral, visto que a lei e o decreto obrigam as instituições sociais a viabilizarem a comunicação com os surdos através dessa língua, o que na maioria das vezes ocorre por meio do profissional intérprete ou de funcionários que conheçam a LSB. Seria um erro pensar que todas as instituições públicas e particulares já têm dado a devida assistência às pessoas surdas. A realidade brasileira no que diz respeito à língua de sinais esta no processo de transição e adaptação, e há ainda muita coisa para ser feita.

Para que essa nova fase da língua de sinais aconteça de forma relevante e eficiente é necessário que se eliminem algumas visões equivocadas sobre a LSB, por exemplo: achar que a LSB é o português sinalizado, isto é, a língua de sinais apenas reproduz com as mãos a língua portuguesa, na qual os sinais substituem as palavras desta língua; pensar que ela não passa de uma linguagem como a utilizada pelos animais, e a linguagem corporal humana, como a mímica e pantomima; acreditar que ela é uma língua, porém limitada a informações concretas (FELIPE, 2006). Essas visões precisam ser dissipadas, pois estão todas erradas e carregadas de ideias preconceituosas. Infelizmente esse é o tipo de pensamento predominante na sociedade de uma forma geral, isto é, as pessoas que não têm determinado conhecimento sobre os surdos costumam pensar dessa forma. A causa disso é a herança oralista aplicada aos surdos que influencia a sociedade ouvinte. A LSB não é português com as mãos pelo fato de ser uma língua de estrutura totalmente diferente e independente do português, por se utilizar de uma modalidade gestual-visual, enquanto o português é uma língua de modalidade oral-auditiva. A língua de sinais não é uma linguagem porque contém toda a estrutura gramatical e pode transmitir qualquer tipo de informação, seja ela concreta ou abstrata, e isso mostra que ela é uma língua no sentido mais pleno de todos.

2.2.1 Um olhar sobre as diferenças linguísticas

Os surdos têm sido tratados como um grupo de minoria linguística não pelo fato de representarem em um número menor de pessoas, mas sim porque eles estão inseridos em uma sociedade em que a língua dominante é a oral-auditiva. Algo parecido ocorre também com os índios, imigrantes e todos aqueles que se utilizam de uma língua que não a dominante, só que

⁵ O decreto está disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec5626.pdf> >, acesso em: 14/07/08

com os surdos a diferença está na modalidade e não simplesmente na língua. Nesse sentido é importante pensar sobre a problemática da minoria, em que as pessoas são excluídas pelas classes dominantes pelo fato de serem diferentes ou se utilizarem de meios diferentes para se comunicarem. A grande questão está no ato de minoritarização que faz com que o outro seja pensado, produzido e inventado como minoritário, podendo gerar um inferiorização do ser (SKLIAR, 2002). Ver o surdo como minoria linguística pode sugerir uma interpretação carregada de dominação, em que existe um grupo dominante e os surdos são apenas seres dominados. Por esse motivo, o ideal seria vê-los como pessoas que se utilizam de uma língua espaço-visual diferente da língua oral-auditiva. É importante superar a visão de que uma é superior a outra, pois ambas são línguas, tendo como diferença as estruturas gramaticais e a modalidade.

Tanya Felipe diz que:

é preconceito e ingenuidade dizer, hoje, que uma língua é superior a qualquer outra, já que elas enquanto sistema linguístico, independem dos fatores econômicos ou tecnológicos, não podendo ser classificadas em desenvolvidas, subdesenvolvidas ou, ainda, primitivas (FELIPE, 2006, p. 107).

Não existe hierarquia de línguas, pois todas têm o mesmo fim que é a comunicação. Fazer uma hierarquia linguística é um erro gravíssimo. É exatamente isso que os surdos têm sofrido no decorrer dos tempos. A causa disso é a falta de conhecimento que tem gerado o preconceito linguístico excludente, em que os surdos são vistos como minoria em relação ao sistema dominador. A proposta que pode viabilizar a valorização das línguas que têm sido tratadas como minoritárias, no sentido pejorativo, é o estabelecimento de uma visão das várias línguas a partir das diferenças, isto é, uma proposta de equidade linguística, em que o respeito predomine sobre o preconceito.

2.2.2 A proposta Bilíngue/Bicultural nas culturas e comunidade surdas

Os surdos são pessoas que possuem a sua própria cultura, mas estão inseridos dentro de uma outra cultura, a dos ouvintes. Por esse motivo interagem e convivem com duas realidades culturais simultâneas, sendo, portanto seres biculturais. E esse biculturalismo acontece pelo fato de o surdo ser na maioria das vezes uma pessoa bilíngue, ou seja, se utiliza da língua de sinais, mas também da língua portuguesa no âmbito da escrita e não necessariamente na fala articulada através da emissão de sons. Nesse contexto, “não ocorre um subjugo à cultura dominante, mas um processo de adaptação social, em busca de um

enriquecimento nas interações sociais, cognitivas e emocionais” (KELMAN, 2005, p. 101), isto é, existe um respeito pela cultura do outro ao ponto de haver uma interação e possíveis trocas entre elas.

A prática bilíngue do surdo não tenta ensiná-lo a emitir sons ou a fazer leitura labial, muito pelo contrário, ela tenta resgatar o verdadeiro valor da LSB como primeira língua e propõe o português como segunda língua. Por isso é um excelente modelo de interação social entre surdos e ouvintes. Essa proposta de ver o surdo como um ser bilíngue valoriza a sua língua e abre espaço para que ele possa ter um bom relacionamento com os ouvintes pertencentes ao seu convívio social. Não se pode esquecer de que muitos surdos brasileiros continuam sofrendo por causa da forte influência que a tradição oralista continua exercendo nos dias atuais, inviabilizando essa proposta bicultural e bilíngue das culturas e comunidades surdas. No Brasil existem muitos surdos que não conhecem nem a língua de sinais e muito menos a língua portuguesa. Isso é fruto do isolamento que muitos deles têm sofrido, pois a única forma deles aprenderem a língua de sinais é estando em contato com outras pessoas que se utilizem dessa mesma língua. Por não conhecerem a sua língua eles também desconhecem a língua portuguesa, pois não pode haver uma segunda língua se não existir a primeira. Existem outros casos de surdos que conhecem a língua de sinais, mas não dominam nada ou quase nada da língua portuguesa, e isso têm prejudicado muito essas pessoas no quesito interação social com os ouvintes. Por esse e outros motivos é que se deve dar total atenção à proposta bilíngue que tenta estabelecer uma plataforma de interação social relevante tanto para os ouvintes como para os surdos.

O mais interessante na visão bilíngue, é que ela não obriga o surdo a se expressar oralmente na língua portuguesa, como fazem os adeptos ao método oralista. Essa proposta respeita a individualidade de cada surdo, buscando levá-lo sempre a um estado de inclusão social no qual sua língua seja tratada com o devido *status* que merece. Conhecer a língua de sinais e a língua portuguesa é um direito de todos os surdos brasileiros, e o dever de cada cidadão que se importa com os outros é lutar para que isso aconteça na íntegra.

2.3 A PESSOA SURDA

Para finalizar este capítulo, é importante se levantar algumas particularidades pertencentes à pessoa surda, o que será feito através de um olhar antropológico sobre elas, buscando conhecer a sua identidade cultural e a maneira de os surdos apreenderem o mundo. Várias citações sobre a maneira de ser surda já foram vistas acima, mas cabe aqui fazer uma

abordagem mais focada especificamente neste assunto, visto que o objetivo principal é conhecer quem é a pessoa surda para que se possa agir através da pastoral para uma possível libertação integral desses sujeitos. Mas como se pode contribuir com um grupo se nada se sabe dele? É impossível. Por esse motivo serão levantadas aqui algumas questões que poderão vir a contribuir com uma melhor visão sobre os surdos, e conseqüentemente ficará bem mais viável auxiliar os diversos grupos de surdos do estado do Rio de Janeiro e de vários outros lugares.

Muitas são as visões equivocadas sobre os surdos. O primeiro passo para que se possa saber quem realmente é o sujeito surdo é abrir mão das ideias preconcebidas que impedem o conhecimento nítido desses grupos. Um dos principais problemas que levam a uma visão errada dos surdos são as designações a eles atribuídas como: deficiente, surdo-mudo, mudinho, entre outros. O uso desses adjetivos demonstra uma falta de conhecimento que se apresenta de forma preconceituosa, gerando pensamentos errôneos sobre o que realmente sejam as pessoas surdas.

O surdo não é necessariamente deficiente, e sim diferente, visto que olhar sobre o prisma da deficiência é perceber apenas as coisas que nele faltam, e se esquecer das coisas diferentes que eles possuem e que podem compartilhar com os ouvintes. Tanya Felipe diz que ser surdo “é conviver com pessoas que, em um universo de barulhos, deparam-se com pessoas que estão percebendo o mundo, principalmente, pela visão, e isso faz com que eles sejam diferentes e não necessariamente deficientes” (FELIPE, 2006, p. 43). Todos são diferentes. Esse princípio da equidade que precisa ser aplicado aos surdos, propondo-se o devido respeito pelas diferenças dos outros.

Designar o surdo como mudinho ou surdo-mudo é um erro pelo fato dele não ser mudo e sim surdo. Esses adjetivos estão carregados de ideias da hegemonia ouvinte que lida com os surdos sobre o prisma da falta de sons articulados, isto é, vê o surdo como anomalia pelo fato dele se utilizar de uma língua de modalidade diferente e tenta transformá-lo em um pseudo-ouvinte. As pessoas ouvintes que não têm nenhuma informação sobre os surdos costumam tratá-los dessa maneira, e o fazem às vezes não por má intenção, mas porque não conhecem o que é certo. Existem algumas camisas que trazem a seguinte frase: surdo-mudo, apague essa ideia. Isso mostra que os próprios surdos têm tentado mudar o pensamento equivocado dos ouvintes quanto às falsas designações que de alguma forma têm influenciado na prática opressora sobre as pessoas surdas.

Depois de entender os equívocos que inviabilizam uma boa compreensão sobre a pessoa surda, cabe agora se investigar de forma sintetizada as características pertencentes a

essas pessoas. Uma das principais características da pessoa surda é a sua forma de apreender o mundo através da visão. A comunicação através da língua de modalidade espaço-visual é o principal referencial de um surdo. Por esse motivo aquele que não conhece a sua língua não está totalmente envolvido com a sua cultura e comunidade. “O surdo tem um modo próprio de olhar o mundo onde as pessoas são expressões faciais e corporais” (FELIPE, 2006, p. 74), isto é, enquanto o ouvinte está em um constante universo de barulho, o surdo está em um universo de silêncio, percebendo tudo através da sua aguçada percepção visual. Pelo fato de a comunicação se dar através da língua de sinais, os surdos procuram ter sempre mais intimidade e formar vínculos com pessoas que sejam surdas e se utilizam da mesma maneira de perceber o mundo e as coisas ao seu redor. Isso leva a uma vida em conjunto em que se luta pela diferença e pelos direitos desse grupo. Essa é uma das principais características que os ouvintes têm a aprender com os surdos, isto é, a vida em comunidade.

Quem realmente deseja conhecer esses indivíduos precisa mergulhar nesse mundo de silêncio e conviver com esse grupo tão diferente, mas que é constituído pessoas como quaisquer outras. São seres humanos que precisam de respeito. Os grandes desafios na análise da pessoa surda são o desprendimento da visão hegemônica que não respeita as singularidades dos indivíduos e a busca de um pensamento a partir do paradigma da diferença.

3 A SOCIEDADE OUVINTE E O SURDO

Os surdos, além de terem a sua cultura e comunidade própria como foi visto no capítulo anterior, também estão inseridos na sociedade ouvinte. Por esse motivo é de extrema importância que seja feita uma séria investigação sobre como a sociedade ouvinte se relaciona como o surdo e o que esse relacionamento tem gerado. Qual tem sido o lugar da pessoa surda na sociedade ouvinte? Existe preconceito entre ambos? Qual é a visão que o surdo tem do ouvinte? E o ouvinte, como tem percebido o surdo? Essas são perguntas cruciais que precisam ser respondidas para que haja um melhor esclarecimento da realidade atual da sociedade ouvinte em relação ao surdo. Apresentar-se-ão neste capítulo algumas hipóteses que possam viabilizar as respostas para essas indagações, e a partir daí se buscar um caminho mais justo na relação social entre surdos e ouvintes.

Este capítulo se divide em dois itens. O primeiro fala sobre a exclusão e opressão que os surdos têm sofrido, tentando mostrar as interações sociais e seus resultados. O segundo aborda a questão da resistência surda, juntamente com alguns ouvintes, contra as forças opressoras impostas pela sociedade. Apresentar-se-á como os surdos têm conseguido reverter quadro social em que convivem.

O primeiro passo que deve ser dado para se entender as relações sociais entre surdos e ouvintes é reconhecer o princípio da diversidade dentro da própria diversidade. Em um artigo sobre os diversos tipos de acessibilidade à informação e à comunicação dos surdos e também dos cegos, Elisabeth Fátima Torres e outros pesquisadores mostram que “a diversidade existente entre os seres humanos se expressa em distintas formas e é possível considerar-se, recursivamente, que existe uma diversidade dentro da diversidade” (TORRES, 2007, p. 383). Isso significa que dentro das próprias culturas e comunidades surdas existem vários pontos que se divergem, provando que os surdos, apesar de estarem sempre em uma união muito significativa entre eles, apresentam diferenças entre eles próprios. Muito tem sido falado aqui sobre as diferenças existentes entre surdos e ouvintes, mas seria um erro pensar que os surdos são um grupo homogêneo. Um exemplo disso são os diversos tipos de surdos que existem, como os nativos, os não-nativos, os oralizados, os sinalizados, entre outros⁶. Comprova-se com isso a diversidade dentro da própria diversidade como apresenta Torres em seu artigo. Esse aspecto heterogêneo também pode ser percebido claramente na sociedade ouvinte, visto

⁶ Nativos: pessoas que nasceram surdas; não-nativos: pessoas que em algum período da vida se tornaram surdas; oralizados: surdos que fazem leitura labial ou que conseguem falar através de sons articulados; sinalizados: surdos que se utilizam da língua de sinais como primeira língua.

que são pessoas totalmente diferentes vivendo juntas no mesmo ambiente social. Reconhecer as diferenças existentes dentro das próprias comunidades, sejam elas de ouvintes ou de surdos, é de extrema importância para se estabelecer uma plataforma de relações sociais mais dignas e respeitadoras. A problemática está na falta desse reconhecimento que tem gerado alguns conflitos sociais entre surdos e ouvintes, como será analisado no decorrer deste capítulo.

A doutora em educação e mãe de surda Nídia Regina Limeira de Sá mostra que a sociedade tem definido os grupos de surdos como deficientes, menores, inferiores, isto é, um grupo que está fora do normal, uma anomalia (SÁ, 2002). Isso demonstra o que já tem sido dito neste trabalho sobre o reflexo do passado atuando nas ações do presente, ou seja, as coisas que se pensavam a respeito dos surdos no passado têm, muitas vezes, ecoadas no presente. Tentar desmitificar e transformar essa visão social que se tem do surdo é um dos objetivos desse capítulo. Apresentar-se-á o princípio da diferença em substituição ao da deficiência, segundo o qual não existem menores ou inferiores, e sim diferentes. É notório que o século XXI está carregado de ideias preconceituosas não só a respeito dos surdos, mas de todos aqueles que não se parecem com o grupo dominante. Isso tem levado a uma espécie de hegemonia, em que se pensa o sujeito a partir de um único ponto de vista, tratando todos de forma igualitária, provocando uma ausência de respeito pelas diferenças. (PERLIN, 2001). Isso tem gerado um grave risco para a sociedade, pois esse modelo não respeita as particularidades dos indivíduos e grupos sociais, tratando todos de forma igual. A vertente que tenta ver a sociedade de forma igualitária, apesar de ter boas intenções, erra pelo fato de querer lidar com pessoas diferentes a partir de uma pseudo-igualdade. Ver o surdo da mesma maneira que se vê um ouvinte é um grande equívoco. Um índio não pode ser tratado da mesma maneira que se trata uma pessoa da cidade grande. Por esses motivos se optou utilizar neste trabalho o princípio da equidade, em que exista o devido respeito pelos diferentes.

Apesar de o surdo estar inserido em uma sociedade ouvinte, ele não pode perder a sua identidade cultural ou se fragmentar em metade surdo e metade ouvinte. O surdo deve ser sempre surdo, não importando em que lugar ele esteja, e os ouvintes precisam aprender a se relacionar com eles, da mesma forma os surdos precisam aprender a estabelecer um relacionamento com os ouvintes, para que haja uma verdadeira interação entre ambas as partes. Essa interação precisa sempre estar aberta a novas ideias e concepções diferentes, destruindo assim toda a plataforma etnocêntrica de dominação.

Angela Carrancho da Silva mostra que “o mundo social é a fonte em que bebe o homem para saciar a sua necessidade inexorável de comunhão” (SILVA, 2005, p. 45), pois

todos os seres humanos necessitam de viver em comunhão com outros seres. Porém, existe um grande desafio nesse viver social com o outro, isto é, reconhecer que não existe ninguém que seja igual, e por esse motivo o desafio é sempre buscar o respeito pelos diferentes. Essa sede de vida em comunhão que Silva nos apresenta está dentro de cada indivíduo. É sabido que muitas vezes as pessoas têm buscado saciar essa vontade de comunhão com aqueles que de alguma forma se pareçam com elas, excluindo os diferentes. Todos têm vivido em sociedade, mas a grande questão é como tem sido esse vivenciar social com os outros? No caso da sociedade ouvinte brasileira, mais especificamente do estado do Rio de Janeiro, como ela tem se relacionado com os surdos de uma forma geral?

3.1 OPRESSÃO E EXCLUSÃO

Os surdos e ouvintes são pessoas que estão sempre em contato umas com as outras, são seres sociais que estão de alguma forma interagindo uns com os outros em contextos culturais e sociais. Essa interação na maioria das vezes é insatisfatória pelo fato do ouvinte não saber como se comunicar com os surdos. Esse grande problema tem resulta na exclusão e, conseqüentemente, gera a opressão sobre os surdos. A cientista social Paula Veras Pfeifer percebe esse problema na comunicação e conseqüentemente na interação entre surdos e ouvinte dizendo que esse relacionamento entre surdo e ouvinte sempre trará algum tipo de angústia, ou seja, pelo fato da língua ser de modalidade diferente, o surdo fica angustiado porque o ouvinte não sabe LSB, sendo impossível de se comunicar. O ouvinte também fica angustiado por não entender nada do que o surdo está tentando dizer e sabe que o surdo não está entendendo nada do que ele está falando. Existem casos de surdos que são oralizados, isto é, fazem leitura labial, o que facilita um pouco a interação com os ouvintes que não conhecem a língua de sinais por ele utilizada, mas essa compreensão através da leitura labial é muito pequena, também causando por esse motivo uma angústia por ambas as partes (PFEIFER, 2003). O que Pfeifer designa de interação insatisfatória poderia ser substituída por pseudo-interação, pois é exatamente isso que tem acontecido visto que se não há comunicação, como haverá interação, troca e partilhar?

Outro fator que tem inviabilizado a interação entre surdos e ouvintes é a cultura de cada um deles, sendo a dos surdos a partir de leituras totalmente visuais, e a dos ouvintes ligadas muito mais a audição. Por esse motivo que se diz que surdos e ouvintes participam do mesmo espaço social, mas com percepções de mundo totalmente diferentes. (PERLIN, 2001) O que se tem na realidade são dois mundos dentro de um único espaço social, que são o

mundo dos ouvintes e o mundo dos surdos. O desafio é estabelecer interação entre esses dois mundos.

Percebe-se então que os principais fatores que causam a exclusão e opressão dos surdos são a língua de sinais e a leitura de mundo somente pela percepção visual. Algumas pessoas acham melhor excluir os surdos do que tentar aprender a sua língua de sinais e incluí-los no seu convívio social, o que tem causado a grande marginalização desses sujeitos. Alguns surdos superam essa opressão social, lutam pelos seus direitos e conquistam grandes vitórias, mas infelizmente isso só acontece com a minoria dos surdos, visto que a maioria continua sob o pesado braço da opressão, sem poderem nem mesmo ser considerados sujeitos.

A exclusão e opressão a que se faz referência é aquela imposta pela visão etnocêntrica dos ouvintes em relação aos surdos, isto é, pelo fato de não estarem dispostos a respeitarem os surdos dentro das suas singularidades culturais, os ouvintes lidam com eles como se fossem anormais, pois são diferentes da visão dominante ouvinte. As pessoas não estão muito acostumadas a lidar com os diferentes, sendo por esse motivo mais fácil excluí-los do seu meio.

Quando se fala em relações sociais não se pode esquecer que a família é “a rainha e prisioneira do social” (PFEIFER, 2003, p. 56), isto é, ao mesmo tempo influencia a sociedade e também recebe influência dela. Sendo uma das mais importantes instituições de uma sociedade, em que se formam os cidadãos e os preparam para o mundo, o grupo familiar exerce uma forte e diferenciada influência na vida do surdo, seja no seu preparo para a vida ou no seu isolamento dela. Na maioria das vezes os surdos pertencem a famílias de pais e irmãos ouvintes, fato comprovado através dos resultados demográficos das pesquisas realizadas. Muitas vezes trata-se de familiares que nunca se deram conta ou tiveram interesse pela cultura e comunidade surda. O nascimento de uma criança surda em um ambiente onde não se sabe nada sobre surdos é um grave problema, porém, tudo pode se tornar simples se os pais se preocuparem em conhecer melhor as características das pessoas surdas e buscarem educar os seus filhos dentro dos parâmetros culturais desse grupo.

A grande questão quanto ao que Pfeifer disse sobre a família como prisioneira e rainha, é a preocupação por parte dos familiares sobre como as pessoas vão olhar para os seus filhos, como eles serão tratados se porventura não conseguirem se comunicarem com as outras pessoas. O grupo familiar se esquece às vezes das necessidades e potencialidades do próprio filho, tornando-se por esse motivo prisioneiro do que a sociedade vai ou não pensar. Essa preocupação que os responsáveis têm não deve ser encarada como algo ruim, mas é

preciso que se pense, antes de qualquer coisa, nas peculiaridades próprias do surdo, visando a prepará-lo da melhor forma possível para interagir com as outras pessoas. (PFEIFER, 2003)

O papel que a família exerce pode excluir e oprimir o surdo, ou incluí-lo e libertá-lo na sociedade. Um exemplo claro disso é o que acontece em algumas famílias em que existem surdos que não têm autonomia para fazerem nada e vivem dentro de uma “bolha” de superproteção dos pais. Por esses motivos são excluídos do meio social e carregam consigo o peso que os próprios familiares lhes impõem. O exemplo oposto seria daquelas famílias que estão sempre incentivando os seus filhos surdos a se desenvolverem, dando-lhes a devida liberdade para que isso aconteça. São familiares que se preocupam em aprender a língua de sinais, que lutam pelos direitos surdos junto com seus filhos, fazendo deles cidadãos sociáveis. Quanto aqueles familiares que são adeptos da tradição oralista, acreditando que o desenvolvimento de seu filho só será possível através desse método, é necessário que haja um respeito pela opção do surdo em ser oralizado ou não. A oralização poder ser um fator importante na interação entre surdos e ouvintes, mas isso não pode ser uma obrigação, e sim uma opção feita pelo próprio surdo.

A problemática da exclusão que tem gerado a opressão parece ter o seu nascedouro na incapacidade de aceitar as diferenças do outro, isto é, as pessoas buscam viver em sociedade, mas se fecham para aqueles que são diferentes. Por esse motivo os surdos são pessoas diferentes que têm sofrido exclusões por indivíduos que se acham iguais. O erro desse pensamento é que não existe ninguém que seja igual, todos são diferentes. O sociólogo Boaventura de Souza Santos apresenta uma teoria sobre diferença e igualdade, em que “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (Boaventura Souza Santos, apud KELMAN, 2005, p. 102). A ideia de Santos parece comprovar o princípio do tratamento a partir da equidade adotado por este trabalho, visto que nesse modelo se valorizam as diferenças sem inferiorizar e menosprezar ninguém, pois todos são seres humanos possuidores de direitos e deveres que devem ser respeitados.

As palavras de Nídia Regina Limeira de Sá mostram que “não é possível deixar de ver que ainda prevalecem a discriminação, a exploração, a exclusão, a injustiça e o autoritarismo” (SÁ, 2006). Essas são ações que costumam existir nas sociedades, portanto, praticá-las ou não é escolha de cada indivíduo. Neste tópico, foi abordado o problema da opressão e da exclusão na perspectiva social em relação aos surdos, sendo possível perceber o que Sá disse sobre a prevalência de algumas ações maléficas. Vale agora se investigar, a partir

do ponto de vista dos surdos, como esses indivíduos têm lutado contra essas práticas e como eles têm conseguido superá-las.

3.2 AS AÇÕES DE RESISTÊNCIA DOS SURDOS CONTRA A OPRESSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL.

Diante das diversas situações de sofrimento que os surdos têm enfrentado, como se percebe no item acima, algumas ações de resistência começam a surgir em prol de uma transformação da realidade social. Os surdos têm se levantado contra o sistema que os tenta engolir, e isso tem acontecido através de uma união entre as diversas comunidades surdas brasileiras representadas pelas federações e associações espalhadas pelo Brasil.

As comunidades e culturas surdas, assim como mostra o sociólogo Ottmar Teske, têm conseguido “interferir nos discursos oficiais e governamentais, o que de alguma forma representa alguma mudança” (TESKE, 2002, p. 59). Isso demonstra que eles querem mudar, querer viver em uma sociedade melhor, em que sejam respeitados nas suas particularidades linguísticas e culturais. Os surdos que têm se envolvido com esses movimentos de resistência e transformação não estão mais aceitando a opressão e exclusão que algumas pessoas e entidades têm imposto sobre eles. Eles estão lutando pelos seus direitos de cidadãos surdos. Teske mostra que nos últimos 20 anos as comunidades surdas conquistaram grandes vitórias e a principal delas aqui no Brasil foi a regulamentação da LSB como uma língua oficial. As modificações estão acontecendo, porém, o caminho é duro e as comunidades surdas precisam resistir a toda repressão que venha tentar pará-los.

Vive-se atualmente no Brasil um processo de conquistas a favor dos grupos surdos. Um grande fator que tem contribuído com isso são os vários estudos acadêmicos sobre os surdos. A influência que esses estudos têm exercido na sociedade está mudando a visão das pessoas sobre os surdos. A sociedade brasileira está começando a perceber que os surdos não são deficientes incapazes e inferiores às demais pessoas, e sim pessoas normais e com muitas qualidades e coisas a ensinar.

Desde o final do século XX e início do século XXI, os surdos pertencentes aos grandes centros urbanos estão participando de várias atividades acadêmicas,⁷ provando que eles

⁷ A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem se destacado nas atividades e estudos científicos na área da surdez. Essa universidade criou recentemente o curso de licenciatura em Letras/LIBRAS, que tem vários pólos espalhados pelo Brasil, capacitando vários surdos ao ensino da língua de sinais nas escolas e universidades. Também foi criado no ano 2008 o curso de Bacharel em Letras/LIBRAS, visando capacitar o profissional intérprete na prática da interpretação/tradução. Está instituição é também a responsável pelo Prolibras (Exame de certificação de Proficiência em LIBRAS), para atuação como intérprete/tradutor ou Instrutor de LIBRAS.

podem fazer a diferença no meio em que estão vivendo. Esse tipo de desenvolvimento que antes era impossível, hoje se torna possível, demonstrando que as resistências contra a opressão e exclusão não têm sido em vão (TESKE, 2002).

Não se pode esquecer de que existem muitos ouvintes que ultrapassaram a fronteira cultural e mergulharam nas culturas e comunidades surdas, sendo também importantes agentes de resistência e transformação da realidade surda. É necessário saber que biologicamente “os ouvintes sempre serão ouvintes, assim como os surdos sempre serão surdos. Isso não impede que o diálogo e a busca de um entendimento, objetivando a reconstrução do Estado Social, devem acontecer em conjunto” (TESKE, 2002, p. 65). A busca pelo diálogo proposta por Teske é de grande relevância, pois desconstrói o individualismo que é um marco na época contemporânea, e tenta reconstruir um ambiente social onde haja solidariedade, respeito, vida em comunhão, entre outros. Surdos e ouvintes lutando juntos contras as forças opressoras e exclusivistas da sociedade brasileira.

Os intérpretes de língua de sinais, no Brasil chamados de intérpretes de LIBRAS, são pessoas ouvintes que a cada dia têm ultrapassado essa fronteira cultural e estão se envolvendo e ocupando um papel importante na resistência surda contra as forças opressoras da sociedade. O papel desses profissionais é o de intermediário entre diferentes culturas, não apenas na tradução/interpretação da língua, mas também na cultura, história, movimentos sociais e políticos dos surdos entre outros (PERLIN, 2006). Os intérpretes são ouvintes que além de aprenderem uma língua de sinais, passam de alguma forma a perceber o mundo de uma forma diferenciada, não como um surdo, mas como um ouvinte que se preocupa com a causa surda, mantendo sempre a sua particularidade como pessoa ouvinte. São pessoas, assim como os surdos, que estão sempre convivendo simultaneamente com pessoas de culturas e línguas totalmente diferentes, tentando levar acessibilidade aos surdos em todas as questões sociais. Recentemente foi reconhecido como profissão o ato de interpretação/tradução da língua de sinais, o que é uma grande vitória para os surdos, visto que é obrigatória a presença desse profissional em unidades educacionais, hospitalares, judiciais entre outras repartições públicas⁸. É muito importante que se reconheça o importante e dificultoso papel que os intérpretes têm. Eles são diferentes peças, cada um com sua particularidade e identidade própria, que juntamente com os diferentes surdos constroem o grande mosaico que são as

⁸ O capítulo VII, artigo 26. do decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 prevê que a partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indiretamente devem garantir as pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras – Língua Portuguesa, realizados por servidores e por empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2004.

culturas e comunidades surdas. Existe um código de ética⁹ que norteia toda a práxis dos intérpretes do Brasil, viabilizando uma melhor atuação desses profissionais.

Os movimentos de resistência surda, compostos por surdos e ouvintes solidários e engajados com a causa surda, têm lutado incessantemente contra os problemas que inviabilizam a vida dessas pessoas. Visando a alcançar os seus vários direitos como vida, trabalho, cultura, entre outros, os militantes dessa causa têm procurado unir forças entre as várias associações de surdos¹⁰ espalhadas pelo Brasil e pelo mundo, para que haja uma verdadeira transformação através da união. Esse inter-relacionamento entre os surdos do mundo todo tem como órgão responsável a Federação Mundial de Surdos (FMS), que administra todas as relações de movimentos surdos e as transmite para os organismos filiados a ela. Isso não quer dizer que exista um centralidade em que todas as ações devam sair desse órgão, visto que existem grupos de surdos que sequer conhecem essa federação, mas que também estão militando pela causa surda. (PERLIN, 2001) O mais importante nas ações de resistência quanto ao poder opressor da sociedade brasileira é essa irmandade que a maioria dos surdos tem, abrindo-se espaço até para os ouvintes que queiram lutar com eles.

Seria um grave erro pensar que os surdos atualmente têm levado uma vida digna, em que todos os seus direitos são respeitados. Ainda a muito a se fazer, pois atualmente existem vários surdos que continuam sofrendo com a opressão e exclusão social. São várias as vitórias, mas ainda a muito a se conquistar. É nesse sentido de resistência contínua que a pastoral será apresentada como possível caminho de contribuição em uma libertação integral dos surdos do estado de Rio de Janeiro.

⁹ Ver anexo

¹⁰ As associações de surdos são lugares onde os surdos se encontram para discutir questões sociais, se divertirem, realizarem eventos, entre várias outras atividades. Essas associações surgiram como ambiente de resistência surda contra a prática etnocêntrica realizada por alguns ouvintes.

4 PESQUISA DE CAMPO COM OS SURDOS E INTÉRPRETES DE ALGUMAS COMUNIDADES RELIGIOSAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Devido ao pouco material bibliográfico que aborde sobre a temática da pastoral numa perspectiva dos surdos, foi necessário se realizar pesquisas de campo para recolher dados e formular algumas hipóteses sobre a pastoral e a sua práxis. Foram realizados 62 questionários com surdos e 27 entrevistas com intérpretes de algumas comunidades religiosas do estado do Rio de Janeiro. A pesquisa se deu entre o mês de janeiro e maio do ano 2008. Visto que este é um trabalho que visa abordar a pastoral cristã direcionada para as culturas e comunidades surdas do estado do Rio de Janeiro, as igrejas e comunidades que participaram foram aquelas pertencentes a esses grupos religiosos, ou seja, cristãos.

Este capítulo pretende apresentar de forma descritiva a pesquisa realizada, levantando e interpretando os resultados adquiridos. O capítulo está dividido em dois itens. O primeiro apresentará a pesquisa realizada com os surdos pertencentes a comunidades religiosas, mostrando as tabelas e as interpretações sobre elas. O segundo fará a descrição da pesquisa realizada com os intérpretes participantes de ministérios com surdos, apresentando as perguntas e os resultados adquiridos.

4.1 A PASTORAL NA OPINIÃO DOS SURDOS

Quando se reflete sobre a história dos surdos, é nítido perceber que os ouvintes foram aqueles que a escreveram, sem a interferência dos surdos no processo, isto é, a história dos surdos foi escrita pelos ouvintes e na perspectiva ouvinte, sem a preocupação de saber qual era a opinião do surdo, conforme apresentado acima. Porém, nos últimos vinte anos esse quadro tem sido revertido, pois os surdos têm se levantado e saído do estado de passividade e estão começando a não apenas participar, mas também a interferir nas ações. Essa pesquisa de campo foi realizada visando a colocar o surdo como protagonista de sua reconstrução histórica.

O objetivo desta pesquisa foi o de recolher dados a respeito da situação atual dos surdos em relação à pastoral representada através dos ministérios com surdos e também o de descobrir como eles, os surdos, têm sido tratados pela sociedade de forma geral. Levantar o tipo de relacionamento, a comunicação, as atividades eclesiais que eles têm exercido, entre outros, fizeram parte do alvo desta pesquisa. A metodologia utilizada foi a quantitativa,

com questionários de perguntas fechadas, preenchidas pelos próprios entrevistados. As perguntas número cinco, seis e nove apresentam perguntas abertas após a pergunta fechada.

Foram realizadas 62 entrevistas com os surdos de diversas igrejas do estado do Rio de Janeiro. As igrejas que participaram das pesquisas foram: Batista (35): 18 da Primeira Igreja Batista de Campo Grande, 9 da Igreja Batista Barão da Taquara, 6 da Primeira Igreja Batista de Queimados, e 2 da Primeira Igreja Batista do Recreio; Assembleia de Deus : todos os 17 da Catedral das Assembleias de Deus de Itaguaí; e Igreja Católica Romana: os 10 vieram Igreja Católica Romana da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, somando um total de 62 pesquisas. Existem muitas outras igrejas que apresentam trabalhos com os surdos, mas a limitação do tempo não permitiu investigar todas essas igrejas. Foram selecionadas algumas igrejas de origens e localidades diferentes, para tentar levantar a opinião dos surdos de diversos lugares do Grande Rio. A comparação das respostas apresentou algumas diferenças entre as demoninações e em caso de localidades diferentes, porém, as diferenças percebidas entre as respostas não foram significativas. Segue abaixo as tabelas que mostram os resultados obtidos nas pesquisas e depois se colocará uma breve interpretação de cada dado obtido.

Pergunta 1 - Como você classifica o relacionamento entre surdos e ouvintes na sua igreja?

| Pergunta 1 | Número de citações | Frequência aproximada em % |
|------------|--------------------|----------------------------|
| ótimo | 26 | 41,93% |
| bom | 21 | 33,87% |
| regular | 9 | 14,51% |
| ruim | 6 | 9,67% |
| péssimo | 0 | 0 |
| Total | 62 | 100% |

Pergunta 2 - Como você classifica a comunicação dos ouvintes com os surdos de sua igreja?

| Pergunta 2 | Número de citações | Frequência aproximada em % |
|------------|--------------------|----------------------------|
| ótimo | 16 | 25,80% |
| bom | 22 | 35,48% |
| regular | 17 | 27,41% |
| ruim | 2 | 3,22% |
| péssimo | 5 | 8,06% |
| Total | 62 | 100% |

Pergunta 3 - Que nota você atribui ao relacionamento que o líder espiritual de sua igreja tem com os surdos?

| Pergunta 3 | Número de citações | Frequência aproximada em % |
|------------|--------------------|----------------------------|
| 0 | 2 | 3,22% |
| 1 | 0 | 0 |
| 2 | 0 | 0 |
| 3 | 2 | 3,22% |
| 4 | 0 | 0 |
| 5 | 3 | 4,83% |
| 6 | 2 | 3,22% |
| 7 | 8 | 12,90% |
| 8 | 10 | 16,12% |
| 9 | 7 | 11,29% |
| 10 | 28 | 45,16% |
| Total | 62 | 100% |

Pergunta 4 - Como você se sente quando está na igreja?

| Pergunta 4 | Número de citações | Frequência aproximada em % |
|--|--------------------|----------------------------|
| Amado e acolhido por todos | 36 | 58,06% |
| Diferente, porém compreendido e respeitado | 24 | 38,70% |
| incompreendido | 2 | 3,22% |
| excluído | 0 | 0 |
| Total | 62 | 100% |

Pergunta 5 - Existe preconceito para com os surdos na sua igreja? Se concorda com a existência de preconceito, relate alguma situação em que sofreu preconceito na igreja ou viu outros surdos sofrerem.

| Pergunta 5 | Número de citações | Frequência aproximada em % |
|------------|--------------------|----------------------------|
| Sim | 18 | 29,03% |
| Não | 44 | 70,96% |
| Total | 62 | 100% |

Pergunta 6 - Você exerce alguma atividade na igreja? Qual?

| Pergunta 6 | Número de citações | Frequência aproximada em % |
|------------|--------------------|----------------------------|
| Sim | 32 | 51,61% |
| Não | 30 | 48,38% |
| Total | 62 | 100% |

Pergunta 7 - Que nota você atribui aos intérpretes de sua igreja quanto a

interpretação/tradução e ao relacionamento com os surdos?

| Pergunta 7 | Número de citações | Frequência aproximada em % |
|------------|--------------------|----------------------------|
| 0 | 0 | 0 |
| 1 | 1 | 1,61% |
| 2 | 1 | 1,61% |
| 3 | 0 | 0 |
| 4 | 1 | 1,61% |
| 5 | 2 | 3,22% |
| 6 | 3 | 4,83% |
| 7 | 1 | 1,61% |
| 8 | 9 | 14,51% |
| 9 | 9 | 14,51% |
| 10 | 35 | 56,45% |
| Total | 62 | 100% |

Pergunta 8 - Como você classifica o relacionamento e a comunicação que sua família tem com você?

| Pergunta 8 | Número de citações | Frequência aproximada em % |
|------------|--------------------|----------------------------|
| ótimo | 24 | 38,70% |
| bom | 22 | 35,48% |
| regular | 11 | 17,48% |
| ruim | 5 | 8,06% |
| péssimo | 0 | 0 |
| Total | 62 | 100% |

Pergunta 9 - A sociedade de maioria ouvinte tem respeitado as culturas e comunidades surdas? Como?

| Pergunta 9 | Número de citações | Frequência aproximada em % |
|------------|--------------------|----------------------------|
| Sim | 26 | 41,93% |
| Não | 36 | 58,06% |
| Total | 62 | 100% |

Pergunta 10 - Como você se sente quando está reunido com sua família, na escola, na faculdade, no trabalho ou em qualquer ambiente social fora da igreja?

| Pergunta 10 | Número de citações | Frequência aproximada em % |
|--|--------------------|----------------------------|
| Amado e acolhido por todos | 25 | 40,32% |
| Diferente, porém compreendido e respeitado | 29 | 46,77% |

| | | |
|----------------|----|-------|
| incompreendido | 4 | 6,45% |
| excluído | 4 | 6,45% |
| Total | 62 | 100% |

A primeira questão aborda sobre qual tem sido o tipo de relacionamento entre os surdos e ouvintes no ambiente eclesial. O resultado obtido foi que os surdos têm visto de uma forma positiva a relação que eles têm vivenciado com os ouvintes, e isso pode ser comprovado pelo percentual de aproximadamente 75% das respostas que oscilam entre ótimo e bom relacionamento. Isso pode ser compreendido a partir das mudanças que as igrejas estão sofrendo sobre a interação de surdos e ouvintes. O esforço de alguns ministérios com surdos também é responsável por esse bom relacionamento percebido pelos surdos. Pelo fato da igreja ser um ambiente social onde existe certa afetividade entre os participantes, os surdos tem se sentido acolhidos, amados, classificando essa interação social na igreja como muito boa.

A segunda questão pretende descobrir que tipo de classificação o surdo tem dado para a comunicação entre eles e os ouvintes dentro da igreja. O maior percentual de respostas oscila entre bom e ótimo, cerca de 61%, mostrando que a comunicação tem ocorrido de forma positiva entre os surdos e ouvintes das igrejas. A visão positiva não predomina com tanta força neste levantamento, pois 27,41% consideram a comunicação regular, 3,22% ruim e 8,06% a consideram péssima, sugerindo que há algum tipo de problema na comunicação entre surdos e ouvintes. A barreira linguística é notória no ambiente eclesial, pois são poucos que conhecem a língua de sinais, mas algum tipo de tentativa de se comunicar tem ocorrido, o que é comprovado por esse resultado otimista. É notório que pelo fato de serem pessoas diferentes aprendendo a conviver em um mesmo ambiente social, é provável que aconteça certas dificuldades. Não se pode pensar que os surdos e ouvintes tenham uma ótima interação sem nenhum tipo de problema. O que tem acontecido ultimamente é um esforço por parte dos ministérios com os surdos em tentar promover a comunhão entre surdos e ouvintes, o que tem sido visto de forma positiva pelos surdos.

A terceira pergunta visa levantar a nota que os surdos têm atribuído ao relacionamento que o líder espiritual de sua comunidade tem com os próprios surdos. Quase a metade dos entrevistados, 45,16%, atribuiu nota máxima ao relacionamento do líder espiritual com os surdos. Mais de 50% atribuíram entre as notas sete e nove. O líder espiritual é aquele que tem a tarefa de cuidar das pessoas, e nada mais do que isso, e esse cuidado não pode fazer acepção de pessoas, deve incluir a todos. Na percepção dos surdos, apesar de a maioria não conhecer a

língua de sinais, os líderes eclesiais têm sido vistos de forma positiva, em que se existe um bom relacionamento com eles. O intérprete tem servido de intermediário entre o pastor e o surdo, viabilizando o bom relacionamento entre eles, o que é comprovado pelo resultado acima.

A quarta pergunta aborda a questão de como o surdo tem se sentido no ambiente eclesial. Quase 60% dos entrevistados dizem que se sentem amados e acolhidos pelos demais membros. 38,70% se sentem diferentes, porém compreendidos e respeitados. Esse resultado é compreensível pelo fato de as igrejas estarem sempre tentando viver a comunhão, o que se diferencia de outros ambientes sociais. Para o surdo o ambiente eclesial deve ser muito bom, pois ali pode se comunicar em língua de sinais, coisa que na maioria das vezes não ocorre no ambiente familiar. O bom relacionamento que os surdos atribuem aos ouvintes no ambiente eclesial tem gerado um sentimento de acolhimento e de amor por parte dos membros da comunidade religiosa. A afetividade forte que se estabelece nestes ambientes tem superado os preconceitos e as divergências. Os surdos entrevistados demonstram que é bom está na igreja, pois, diferentemente de outros ambientes sociais, ali se sentem parte de um grupo e pode interagir com o mesmo, ainda que esse grupo se limite apenas ao ministério com surdos.

A questão número cinco visa levantar dados quanto a existência ou não de preconceitos dentro da igreja. Foi dado um espaço para apresentação de situações de preconceito que o surdo porventura tenha sofrido ou viu outro sofrer. O resultado sobre a questão do preconceito dentro da igreja foi negativo, isto é, a maioria dos surdos acredita não haver práticas deste tipo na comunidade religiosa. Quase 71% dos surdos entrevistados disseram não haver práticas preconceituosas na igreja, mas isso pode ser questionável, pois o que se percebe na realidade é que há sim esse tipo de prática dentro de algumas igrejas. Mas não se pode esquecer que quase 30% dos entrevistados relataram que existe prática preconceituosa com os surdos. O maior percentual que diz existir preconceito na igreja foi levantado na Assembleia de Deus de Itaguaí e na Batista do Barão da Taquara. No espaço que foi aberto para os entrevistados colocarem algum exemplo de preconceito ocorrido dentro da igreja, um dos surdos disse que: “as pessoas esquecem-se de convidar a gente para os eventos que acontecem na igreja”. Isso mostra que apesar desse resultado positivo, ações preconceituosas estão presentes neste ambiente. Às vezes os jovens da igreja, ou qualquer outro grupo de faixa etária, combinam algum tipo de passeio, mas não convidam os surdos que pertencem a mesma faixa etária, demonstrando certo preconceito ou medo de interagir. O

preconceito às vezes se apresenta de forma recalcada, o que faz com que o próprio surdo não o perceba, mas ele está presente no ambiente da igreja.

A questão seis aborda se o surdo exerce alguma atividade na igreja. Em caso de respostas positivas, foi deixado um espaço para a especificação da atividade exercida. O resultado foi bem equilibrado, demonstrando que cerca da metade dos surdos exercem alguma atividade na igreja, enquanto outra metade é de outros que são apenas espectadores, não se envolvendo ativamente no ministério. Como foi dito no início deste capítulo sobre a questão do surdo ser o protagonista de sua própria história, isso tem começado a acontecer em algumas igrejas, pois mais de 50% dos entrevistados disseram que exercem algum tipo de atividade dentro da igreja. Essas atividades na maioria das vezes está relacionada ao ministério com surdos. As atividades mais citadas foram: Instrutor de LIBRAS, professor de EBD para surdos, catequista (no caso dos surdos da igreja Católica), evangelista, entre outros. Ainda existem muitos surdos que são apenas participantes e não agentes do ministério, mas isso tem sido transformado pelo fato de ultimamente estar se dando espaço para eles mostrarem o seu potencial.

A sétima questão pretende descobrir que nota o surdo atribui aos intérpretes de sua igreja quanto à interpretação/tradução e o relacionamento com os surdos. Mais da metade atribuiu nota dez para a atuação e relacionamento dos intérpretes com os surdos. Quase 30% escolheram entre as notas oito e nove, demonstrando um resultado positivo à pergunta. As comunidades religiosas são compostas na sua maioria por ouvintes, e por esse motivo a língua que é utilizada é a oral-auditiva, por isso é necessário a atuação de um intérprete que transmita a língua portuguesa para a língua de sinais. A única exceção encontrada foi a comunidade religiosa Salão do Reino das Testemunhas de Jeová, que apresenta ambientes especiais em que se utiliza apenas a língua de sinais, não sendo necessário a atuação de um intérprete. Neste ambiente dos Testemunhas de Jeová, existem surdos e ouvintes que conhecem a língua de sinais e a reunião é toda nesta língua. Com exceção deste grupo, os demais apresentam a prática de interpretação, e os surdos entrevistados disseram que tem acontecido um bom relacionamento e comunicação entre os intérpretes e os surdos. Disseram também que a prática interpretação/tradução tem sido pertinente, e isso pode ser entendido a partir da presente realidade dessas pessoas que atuam na interpretação. Eles têm procurado se aprimorar através de cursos, oficinas, palestras, entre outras coisas. A maioria dos intérpretes que atuam nas igrejas são também os profissionais que atuam nas escolas, empresas, e outros ambientes que tem se preocupado com a acessibilidade da pessoa surda, mostrando que eles são muito bons. Quanto ao relacionamento entre intérpretes e surdos, é possível perceber com

o percentual acima apresentado na pergunta número sete que ele tem sido bom, e isso se deve ao vínculo que eles criam entre si.

Da pergunta número um até o número sete, o assunto investigado está relacionado com a pastoral e a sua prática. As três últimas perguntas dessa pesquisa abordaram questões mais abrangentes que vão além do ambiente eclesial. Uma delas dizia a respeito de qual tipo de relacionamento e comunicação os surdos tem estabelecido com seus familiares. Mais de 70% respondeu que o relacionamento e comunicação entre eles e seus familiares está ótimo ou bom, e isso provavelmente aconteça por causa do vínculo que existe entre eles. Os dados demográficos comprovaram que poucas são as famílias que conhecem a língua de sinais, o que dificulta a comunicação. Só que os surdos usam das suas habilidades de expressão corporal, ou alguns através de oralização (leitura labial ou emissão de som articulado) para se comunicarem com seus familiares. Eles chamam de “língua da família”. Isso nada mais é que sinais que são criados dentro do próprio lar para se estabelecer a comunicação conforme explica Pfeifer (2003).

A nona pergunta investigou se há respeito pela cultura e comunidade surda por parte da sociedade ouvinte. O resultado dessa pergunta foi o único que não apresentou uma visão positiva da realidade pela maioria: 58,06% dos entrevistados que disseram não haver respeito com as culturas e comunidades surdas. Eles citaram alguns exemplos como isso tem ocorrido: “falta de conhecimento; os ouvintes têm preconceito dos surdos, colocam apelido, os surdos recebem salário menos do que os ouvintes nas empresas, meu vizinho não fala comigo porque eu sou surda, desprezo, entre outros”. 41,93% dos entrevistados que responderam positivamente, e o que pode sugerir que a sociedade está aprendendo a lidar com os surdos. Isso comprova o estado de transição que a sociedade do estado do Rio está vivendo quanto ao tratamento diferenciado da pessoa surda. Mas o que ainda continua predominando é a falta de respeito pelas particularidades do surdo. É interessante pensar que perguntas anteriores diziam respeito a grupos sociais com vínculos mais afetivos como igreja e família, e o resultado obtido foi positivo. Mas essa pergunta que engloba a sociedade de uma forma geral mostra que não existe acolhimento e respeito como acontece na família e igreja. Como tem sido dito no decorrer deste trabalho, a principal causa que tem gerado a falta de respeito e consequentemente o preconceito é a ausência de conhecimento sobre quem é o surdo e quais são as suas particularidades. Nos ambientes mais afetivos as pessoas buscam conhecer melhor o surdo, gerando um tratamento mais respeitoso, mas isso não acontece na sociedade de forma geral, que na maioria das vezes não sabe interagir e respeitar o surdo.

A última pergunta do questionário fala sobre que tipo de sentimento o surdo tem tido quando está reunido em qualquer ambiente extra eclesial, como família, trabalho, escola, faculdade, entre outros. Cerca de 46,77% dos entrevistados disseram se sentir diferentes, porém compreendidos e respeitados. 40,32% responderam que se sentem amados e acolhidos por todos. O restante disse que se sente incompreendido e excluído. Comparar esse resultado com os das perguntas anteriores sobre vínculos sociais mais afetivos, como família e ambiente eclesial, ajuda a entender essa atribuição positiva sobre a maneira que os surdos tem se sentindo nos ambientes citados na pergunta. Todos os ambientes citados sugerem certo vínculo afetivo, o que provavelmente faz com que o surdo se sinta bem. Ao se comparar o resultado da pergunta nove com as demais, percebe-se que o problema de preconceito tem sido detectado, na visão dos surdos, na sociedade de forma geral, ou seja, ambientes sociais que não existem vínculos.

Depois de levantar os resultados da pesquisa e comentá-los, cabe dizer que a visão extremamente positiva que norteou as respostas da grande maioria dos entrevistados pode ter sido causada pela pouca percepção crítica que os surdos pertencentes a comunidades religiosas têm da sua própria realidade. Isso não acontece apenas com os surdos, mas com uma grande maioria dos religiosos, principalmente cristãos, pois não foram ensinados a olharem criticamente para realidade, mas sim a aceitar tudo de forma passiva, sem interferir no processo.

A grande conclusão que pode se tirar desta pesquisa de campo é que o estado do Rio de Janeiro está vivendo um processo de transição quanto à práxis e a vivência da pastoral na perspectiva dos surdos dentro das comunidades religiosas. Muitas coisas estão boas, como relatadas pelos surdos, mas ainda a muito para ser melhorado. Pensar que já está tudo ótimo é parar de lutar por dias melhores. O caminho que deve tentar se seguir a partir desses dados é o de aplicar uma pastoral dos surdos que seja mais relevante, atuando como eixo de libertação desses grupos, como será visto no capítulo seguinte. Mas antes de se entrar no próximo capítulo é necessário que se faça a mesma descrição acima nas pesquisas realizadas com os intérpretes e ouvintes participantes dos ministérios com surdos do estado do Rio.

4.2 A PASTORAL NA OPINIÃO DOS INTÉRPRETES

Mesmo que esse trabalho se trate da pastoral na perspectiva das culturas e comunidades surdas, faz-se imprescindível levantar dados sobre a opinião dos ouvintes que têm procurado mergulhar no universo dos surdos e tem lutado junto com eles por dias

melhores. Esses ouvintes na maioria das vezes atuam como intérpretes, não apenas de uma língua, mas de culturas e percepções diferentes, como foi dito no capítulo anterior. Na práxis pastoral esses ouvintes são importantes peças, e por esse motivo é de extrema importância obter a visão que esses sujeitos têm tido da realidade atual de suas comunidades eclesiais e da sociedade em geral.

O objetivo desta pesquisa foi recolher dados a respeito da prática pastoral dos ouvintes, representada através dos ministérios com surdos, nas comunidades e culturas surdas do estado do Rio de Janeiro, verificando o estado atual dos ministérios, e descobrindo como os surdos têm sido tratados nas igrejas. Levantar aspectos sobre o relacionamento entre intérpretes e surdos, a visão da igreja em relação aos surdos, se existe ou não preconceito no ambiente eclesial, entre outros, fizeram parte do objetivo dessas entrevistas. A metodologia utilizada foi a qualitativa em questionários com perguntas abertas, sendo escritas pelos próprios entrevistados.

Foram realizadas 27 entrevistas com intérpretes de LIBRAS e ouvintes participantes do ministério com surdos de diversas igrejas do Grande Rio. As igrejas onde houve entrevistas foram: Batista (18): 7 da Primeira Igreja Batista de Queimados; 4 da Igreja Batista Barão da Taquara, 3 da Primeira Igreja Batista de Campo Grande, 2 da Primeira Igreja Batista do Recreio, e 2 da Igreja Batista da Piam; Assembleia de Deus todos os quatro são da Catedral das Assembleias de Deus de Itaguaí; da Católica Romana os três são da Igreja Católica Romana da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro; o único Metodista é da Igreja Metodista de Realengo; e o único da Testemunhas de Jeová é do Salão do Reino das Testemunhas de Jeová de Campo Grande, somando um total de 27 entrevistas.

Ao comparar as respostas, perceberam-se algumas diferenças, principalmente no caso de localidades diferentes e também em relação a questões denominacionais, como por exemplo: Os entrevistados da Igreja Católica apresentam uma visão mais social, enquanto que os pertencentes às Igrejas Batistas, Assembleia de Deus e Metodista demonstraram uma perspectiva mais espiritual, evangelizadora e proselitista. Já a pessoa entrevistada do Salão das Testemunhas de Jeová vive uma realidade totalmente diferente, pois são igrejas especiais para atender aos surdos onde se utiliza apenas a língua de sinais. A visão otimista desse grupo é muito forte. As divergências por localidade não foram muito significantes, mas foi possível perceber que o senso crítico dos entrevistados pertencentes as igrejas da capital é bem mais forte do que aqueles entrevistados da Baixada Fluminense (Queimados e Piam em Belford Roxo) e da Costa Verde (Itaguaí).

As perguntas apresentadas neste questionário falam a respeito do que motivou o ouvinte a ingressar neste universo totalmente novo e diferente que é o mundo dos surdos, e mais especificamente o ministério com surdos. Elas tentam levantar dados sobre o relacionamento entre surdos e intérpretes, como a igreja de maioria ouvinte tem se relacionado com os surdos, qual tipo de tratamento a sociedade tem realizado com os surdos, entre outras. Algumas das questões aqui apresentadas são semelhantes aquelas realizadas com os surdos, sendo que o objetivo desta é analisar essas questões e seus respectivos resultados a partir da ótica dos intérpretes. O número total de perguntas é sete, divididas entre questões relacionadas a pastoral e a sociedade de uma forma geral.

A primeira questão apresentada fala sobre qual a motivação que levou o ouvinte a ingressar no ministério com surdos. Quase todos responderam que ingressaram no ministério por causa da presença de pessoas surdas na família ou na própria igreja, o que levou a um interesse e curiosidade pela língua de sinais e depois em contribuir como esse grupo através da participação no ministério com surdos. Outras respostas mostraram que a motivação de ingressar no ministério foi o desejo de levar o evangelho aos surdos, de incluí-los na igreja e sociedade, entre outros aspectos. A necessidade de dar assistência aos grupos de surdos tem sido a maior motivação dos ouvintes em atuarem nestes ministérios. Essa assistência não é apenas interpretar o culto ou coisas do tipo, mas sim de lutar com o surdo e pela causa surda. Ultimamente a língua de sinais tem sido muito difundida no Brasil, e tem crescido o interesse de pessoas ouvintes em ingressarem neste universo de silêncio.

Em seguida foi apresentada a pergunta que fala sobre qual tem sido o tipo de relacionamento entre os ouvintes engajados na pastoral e os surdos. A maioria disse que o relacionamento entre surdos e ouvintes tem sido ótimo pelo fato de estar acontecendo uma interação e compartilhamento através do amor de Cristo. Menos da metade disse que é bom por que tem havido respeito. A minoria respondeu que tem sido dificultoso por causa de alguns problemas como: maneira de se expressar, dificuldade de assimilar a língua de sinais, ambos relacionados à falta de compreensão. Apenas um entrevistado pertencente à igreja católica utilizou o termo fraternidade para definir o relacionamento que tem com os surdos. A interação e o laço que surdos e intérpretes, dentro das comunidades eclesiais estão estabelecendo, tem sido visto de forma positiva na visão dos intérpretes. Os surdos quando responderam a essa questão também disseram a mesma coisa, o que sugere que realmente esses dois sujeitos têm criado um vínculo muito significativo, o que contribui para o crescimento da pastoral dos surdos. Existem conflitos, pois isso é normal em qualquer tipo de

relação, mas o que tem prevalecido é a vontade de viver unido fraternalmente, como diz um dos entrevistados da igreja Católica.

A terceira pergunta visou apreender se existem práticas preconceituosas entre surdos e ouvintes no ambiente eclesiástico, seja ele por parte dos surdos ou por partes dos ouvintes, e foi aberto um espaço para justificativa e exemplificações. Dezenove dos entrevistados responderam que sim, existe preconceito, o qual tem sido gerado pela falta de conhecimento por parte dos ouvintes. Verifica-se nas respostas que ocorre preconceito por parte dos ouvintes, na maioria das vezes, porque não se interessam em conhecer o surdo, fazendo ideias erradas deles. Segundo os informantes os surdos não têm demonstrado nenhum preconceito pelos ouvintes. Um relato de ação preconceituosa foi descrito em uma entrevista: “Teve uma situação em que duas intérpretes conversavam em LIBRAS com um surdo, e uma pessoa vendo aquilo disse: ‘Tá amarrado! Esse povo é doente!’”. Em contrapartida, oito pessoas responderam que não há nenhum tipo de preconceito nas igrejas, só existem algumas dificuldades de comunicação, mas todos têm se respeitado. A pessoa pertencente aos Testemunhas de Jeová disse que: “no meu ambiente, como testemunha de Jeová, não há preconceito”. O resultado aqui adquirido mostra que práticas preconceituosas estão presentes dentro da igreja, e essas práticas são geradas por causa da ignorância de quem seja o surdo. Os juízos pré-estabelecidos tem limitado muito a ação da pastoral, pois esses paradigmas não viabilizam o crescimento dessa ação pastoral sobre a pessoa surda. A visão demonizante pôde ser percebida no exemplo citado acima, em que os surdos são vistos como doentes, ou endemoniados, que precisam de oração. Essa ação preconceituosa acontece mais frequentemente por parte dos ouvintes, visto que os surdos estão sempre tentando interagir com eles, porém, na maioria das vezes não conseguem fazê-lo por causa da barreira linguística e cultural. Os oitos entrevistados que disseram não haver preconceito no ambiente da igreja fazem parte da fase de transição e início de respeito que começa bem lentamente a fazer parte das igrejas do Rio. No ambiente dos Testemunha de Jeová é praticamente impossível acontecer práticas preconceituosas, pois todos se comunicam através da língua de sinais, compartilhando da mesma cultura surda, mas isso não quer dizer que todos ali vivam sempre na paz, pois onde há pessoas há conflitos.

Conceituar a práxis pastoral nas culturas e comunidades surdas do estado do Rio de Janeiro foi o alvo de outra pergunta. Quase todos os entrevistados descreveram a prática pastoral como precária, mas que está em processo de crescimento, pois as igrejas estão começando a levar a sério os surdos. Eles disseram que são poucos os envolvidos na ação pastoral, e por isso é precária, mas os mesmos também relataram que as pessoas estão

começando a despertar para o trabalho com os surdos por causa da grande carência. Um entrevistado pertencente à igreja Católica disse que tem ocorrido uma ação pastoral carregada de proselitismo, esquecendo-se dos problemas sociais. Essa fase de transição apresentada pelos entrevistados é verídica, pois parece que as igrejas brasileiras estão começando a se voltar para questões relevantes, mas esse esforço pode ser comparado com uma gota de água em um oceano, isto é, poucas são as comunidades religiosas que estão neste processo de transição, e a maioria ainda não se deu conta disso. As preocupações da igreja está, na maioria das vezes, voltada para o proselitismo, e isso tem limitado o processo de estabilização de uma práxis pastoral relevante.

Descobrir a maneira com que os ouvintes pertencentes a comunidades religiosas têm visto os surdos foi o objetivo da quinta pergunta desta pesquisa. Dezenove entrevistados responderam que os ouvintes veem os surdos como pessoas normais, pois são capazes de atuarem como qualquer outro membro da igreja. Quatro pessoas disseram que os ouvintes não emitem nenhum juízo sobre os surdos, pois dizem que a responsabilidade é toda dos participantes do ministério. Uma delas respondeu que “os ouvintes só sabem que temos surdos na igreja por que há intérprete em evidência”. Três pessoas responderam que são vistos como incapazes, “tratando-os como crianças”. Um entrevistado disse que a hipocrisia tem prevalecido no olhar dos ouvintes sobre os surdos dentro da igreja. Apesar do preconceito existente nas comunidades religiosas, conforme resultado da pergunta anterior, os ouvintes têm percebido os surdos como pessoas normais, membros como qualquer outra pessoa. Esse resultado mostra uma grande vitória por parte dos ministérios com surdos, pois são eles os responsáveis em passar essa visão para os ouvintes, mostrando que os surdos são perfeitamente capazes de atuarem como membros das igrejas. Existem ainda aqueles ouvintes que não emitem nenhuma forma de visão, pois colocam toda a responsabilidade sobre o ministério. Isso é um problema que tem acontecido em algumas igrejas, não só com os surdos, mas com vários outros ministérios. As pessoas não querem tomar sobre si a responsabilidade de contribuir ou até mesmo interagir com os surdos. A percepção do surdo como ser incapaz é geradora de um paternalismo engessador, contexto em que se trata o surdo como inferior ou um coitadinho, entre outros. A identificação do olhar hipócrita que foi apresentado por um dos entrevistados é muito pertinente, pois demonstra que apesar das pessoas estarem com muitas ideias preconceituosas sobre o surdo, tentam tratá-los de forma simpática, o que comprova uma falsidade na relação.

As perguntas investigadas até aqui abordaram questões relacionadas ao ambiente eclesial, mas a sexta pergunta sai um pouco dessa linha e visa levantar dados a respeito de

como a sociedade de uma forma geral tem tratado o surdo, ou seja, saber se eles têm incluído ou marginalizado esse sujeito. O resultado foi que dezoito pessoas disseram que tem acontecido uma exclusão dos surdos, e citaram exemplos que geram a exclusão: falta de aplicabilidade das leis de inclusão¹¹; falta de divulgação e aceitação da língua de sinais, desconhecimento da cultura e comunidade surda, preconceito com a língua de sinais, entre outros. Os dois exemplos de exclusão mais citados foram aqueles feitos pela própria família do surdo, onde são excluídos e isolados do mundo, e o tratamento preconceituoso dedicados aos surdos, como o fato de chamá-los de mudinho, conforme citado por um dos entrevistados. Sete entrevistados responderam que a sociedade tem incluído os surdos através de vários meios como: empresas que oferecem mão de obra para surdos; escolas inclusivas que possuem intérprete de LIBRAS e o convívio entre surdos e ouvintes. Duas pessoas disseram que a sociedade tem incluído em alguns aspectos e excluído em outros, sem especificar quais são esses aspectos. O resultado que prevaleceu aos demais foi o de que a sociedade ouvinte tem excluído o surdo, e isso é notório em alguns ambientes em que não são aplicadas as leis de acessibilidade a informação através da língua de sinais, como foi citada pelos entrevistados. Às vezes as pessoas acham mais fácil excluir do que tentar interagir, pois acham que mantendo o surdo afastado eles não terão problemas e não causaram problemas para os surdos, mas isso não é verdade, pois a exclusão que os surdos têm sofrido no decorrer dos séculos tem gerado muitas crises em suas vidas. Em contrapartida a esse resultado, existem aqueles intérpretes que pensam na sociedade como sendo inclusiva. Esse resultado é compreensível, pois mais uma vez comprova o estado de transição em que o Brasil e mais especificamente o Rio de Janeiro estão vivendo. Apesar de serem poucas, já existem algumas escolas com a presença de intérpretes de LIBRAS, vagas de emprego específicas para surdos, entre outras situações de inclusão. As duas pessoas que disseram acontecer os dois processos dentro da sociedade, apesar de serem em número reduzido, devem ser levadas a sério, pois isso é um fato que realmente tem acontecido.

A última pergunta do questionário aplicado com os intérpretes tem o objetivo de saber o que os intérpretes participantes da pastoral dos surdos podem fazer para contribuir com a libertação integral desses indivíduos. A maioria dos entrevistados respondeu que o mais importante é esclarecer as pessoas sobre quem são os surdos, ensinando a língua de sinais e aspectos da cultura surda. Alguns exemplos citados pelos entrevistados foram: “servir de

¹¹ Os entrevistados falaram a respeito das seguintes leis de inclusão: a presença de intérprete em sala de aula onde exista surdos; lei de acessibilidade a comunicação e informação como legendas em programas de televisão, e vários falaram da lei de inclusão sem especificar a qual estavam se referindo.

ponte entre as culturas surdas e ouvintes, realizar palestra sobre surdez e cursos de LIBRAS para os membros da igreja e demais pessoas interessadas, entre outros. Uma entrevistada expressou isso muito bem quando disse que pode contribuir “democratizando as informações a respeito da LIBRAS e da surdez. Menos da metade relatou que pode contribuir com a libertação dos surdos incentivando os mesmos a lutarem pelos seus direitos, e isso pode ser feito através das seguintes ações: ajudá-los a reconhecer que são capazes; levar os surdos a serem atuantes na sociedade e ajudá-los a lutar pela sua cidadania. A minoria disse que poderia contribuir orando e evangelizando. Um entrevistado pertencente à Igreja Católica respondeu que pode contribuir com os surdos “deixando de manipulá-los em torno de credências vazias de dogmas religiosos e partir para a verdadeira libertação humana do surdo, levando-os a agirem como protagonistas da sua própria história”. Admite-se que a falta de conhecimento sobre a cultura e comunidade surda é a grande problemática que precisa ser superada, e a maioria dos entrevistados, conforme resultado acima, disseram que podem contribuir com a libertação dos surdos levando informação aqueles que nada sabem sobre esses indivíduos. Os exemplos citados são muito pertinentes e se realmente colocados em prática, muita coisa pode ser modificada e a vida dos surdos será bem mais digna. As respostas que um dos entrevistados pertencente à igreja Católica apresentou contribuíram de forma considerável para essa pesquisa, pois se percebe um olhar bem crítico sobre as questões. A contribuição que esse entrevistado deu especificamente para esta pergunta é muito relevante, e se aplica ao tratamento que a igreja tem realizado não apenas com os surdos, mas com todos os fieis. Parar de manipular a partir de dogmas e procurar um caminho onde haja libertação integral do surdo, não apenas numa perspectiva espiritual, mas também no âmbito humano, deve ser um dos principais objetivos de todos os intérpretes. Outro fator dito por esse mesmo entrevistado foi a questão de colocar o surdo como protagonista de sua própria história. Este assunto será abordado mais a fundo no próximo capítulo, mas pode se dizer que essa é a chave para uma libertação integral dos surdos. Não serão os ouvintes que vão libertar os surdos, mas sim os próprios surdos que o farão. Os agentes ouvintes têm o dever de incentivá-los a lutar pelos seus ideais e lutar junto com eles. A união faz a força e gera a libertação.

Concluiu-se está análise de resultados da pesquisa realizada com os intérpretes dizendo que foi possível perceber uma visão crítica da realidade dos ministérios com os surdos do estado do Rio de Janeiro, em que os problemas existentes foram citados e algumas soluções propostas para um futuro melhor da pastoral dos surdos. Os dados obtidos aqui são pertinentes e servem de grande contribuição com a proposta deste trabalho.

Pode-se dizer que a situação atual da pastoral com os surdos é de transição, em que se começa a caminhar a passos lentos e de forma precária para um ambiente mais respeitador e justo. A força que essa ação tem exercido ainda não tem sido muito relevante, mas começa a mostrar a sua capacidade e a desabrochar como uma flor em meio a um deserto. Os dados recolhidos tanto nos questionários com os surdos como nas entrevistas com os intérpretes são de extrema relevância, por sua originalidade. Trata-se da parte mais importante deste trabalho, pois será a partir deles que se elaborará a proposta da pastoral como libertadora integral das culturas e comunidades surdas do estado do Rio de Janeiro.

5. A PASTORAL E A SUA PRÁXIS NAS CULTURAS E COMUNIDADES SURDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Para que se pudesse pensar sobre uma proposta da pastoral na perspectiva das culturas e comunidades surdas do estado do Rio de Janeiro, foi necessário, *a priori*, conhecer quem é o surdo, qual a sua história, como ele tem se relacionado com a sociedade de maioria ouvinte, entre outros aspectos que foram vistos no decorrer de todo este trabalho. O leitor poderá se perguntar por que se demorou tanto para falar propriamente da pastoral dos surdos, visto que esse é o objetivo principal do trabalho. Uma possível resposta seria que não é viável falar de pastoral dos surdos, sem conhecê-lo antes, sem entender a sua cultura e comunidade, sem mergulhar neste universo de silêncio. Foi por causa disso que se percorreu ele longo trecho, em que se pretendeu conhecer o surdo e suas particularidades para que se possa elaborar uma pastoral relevante, saudável e principalmente libertadora.

A falta de conhecimento sobre quem seja o surdo tem sido a causa dos diversos problemas de exclusão, opressão, preconceitos entre outros, e que tem colocado sobre esses sujeitos um fardo muito pesado. Isso pode ser percebido em todo este trabalho, e principalmente no capítulo anterior que apresenta as pesquisas de campo. As pessoas não conhecem e por isso agem de forma errada, têm ideias equivocadas, o que acaba gerando um problema social tanto para surdos como para ouvintes. Foi pensado nisso que este trabalho foi elaborado, isto é, o primeiro passo é conhecer e logo em seguida transformar. A palavra chave é: conhecer para libertar.

Depois de se conhecer as culturas e comunidades surdas dentro dos seus aspectos históricos, sociais, e políticos, pode se começar a refletir sobre a ação pastoral dentro deste universo do silêncio. O capítulo anterior pode ser considerado a base deste trabalho, pois é ele que vai nortear tudo o que será dito neste capítulo, com o auxílio de alguns autores que abordam sobre questões de pastoral. Todos os dados recolhidos e apresentados no capítulo anterior são de extrema relevância pelo fato de serem contribuições daqueles que estão de certa forma envolvidos e pensado a prática pastoral na realidade do Rio de Janeiro.

Este capítulo tem o objetivo de, a partir de tudo o que já foi investigado acima, apresenta uma proposta da pastoral como libertação integral dos surdos do estado do Rio. O capítulo está dividido em dois tópicos: O primeiro que apresenta a pastoral na perspectiva das

culturas e comunidades surdas do estado do Rio de Janeiro. Neste se levantarão alguns pressupostos necessários para se ter a pastoral como uma proposta de pastoral para todos, a língua de sinais em relação à pastoral, o surdo como agente protagonista da pastoral e a igreja cristã em relação à pessoa surda. O segundo tópico apresenta a práxis pastoral nas culturas e comunidades surdas do estado do Rio de Janeiro. Aqui se encontra o eixo principal deste trabalho, que é a criação da pastoral como prática libertadora e inclusiva dos surdos, em que se elaborará a hipótese de ser a práxis pastoral uma possibilidade de caminho pelo qual os surdos poderão ter uma vida mais digna, justa e baseada no respeito ao outro e a si mesmo.

Antes de se abordar propriamente questões relacionadas a pastoral dos surdos, é necessário que se tenha um certo conhecimento do que seja uma pastoral. O doutor em teologia e engajado na linha da Teologia da Libertação (TdL) João Batista Libânio mostra que a teologia moderna tem conceituado pastoral “como agir da igreja no mundo, na história, na sociedade” (LIBÂNIO, 1982, p. 12). Esse agir da igreja pressupõe sempre que toda pastoral deve esta de alguma forma relacionada a movimento, a transformação e nunca a inércia. Nessa perspectiva não se pensa em apenas agir para salvar a alma, ou para conquistar mais adeptos para a igreja, o que seria simples proselitismo, e sim agir para uma salvação integral do indivíduo, ou seja, não se pensa apenas em coisas do porvir, mas do aqui e agora. A igreja sai das quatro paredes e se entrega a favor de uma sociedade em que o conflito predomina, a maldade toma conta dos corações, em que a fraternidade foi perdida. Essa pastoral vem para agir no mundo mostrando que o mais importante é amor, que tem o poder de transformar situações de conflitos em contextos de justiça.

O que Libânio apresenta como pastoral se encaixa perfeitamente na elaboração de uma pastoral direcionada para os surdos, pois é exatamente esse o papel que ela deve exercer no mundo do silêncio, sua história e relações sociais. Em todo trajeto percorrido até aqui foi possível perceber a situação de conflito em que se encontram os surdos, e isso se dá por vários motivos conforme apresentado aqui anteriormente. Esse agir da igreja pode ser um caminho que venha modificar a vida conflituosa e de sofrimento desses indivíduos. Ao tomar conhecimento de todos os problemas que as culturas e comunidades surdas têm enfrentado a igreja não pode se calar e apenas se preocupar em trazer o surdo para o seu arraial, mas sim interferir na realidade atual desse grupo.

O forte pensamento escatológico que tem predominado na maioria das igrejas cristãs tem levado a um estado de se pensar apenas nas coisas que estão por vir, e se esquecer de viver o aqui e agora. Pensa-se na salvação da alma, mas se esquece do corpo; querem que as pessoas aceitem a Jesus para poder um dia ‘entrarem nos céus’, mas se esquecem de que o

reino dos céus começa aqui; vivem um dualismo tão forte que gera uma aversão a coisas terrenas. Uma pastoral que deseja ser relevante para as pessoas precisa quebrar esses paradigmas e passar a viver no mundo e a favor dele. O missiólogo protestante David J. Bosch apresenta exatamente isso no seu livro “Missão Transformado”, em que se apresentam algumas mudanças de paradigma na teologia da missão. Bosch diz que “quando oramos ‘venha o teu reino!’ também nos comprometemos a iniciar, aqui e agora, aproximações e antecipações do reinado de Deus” (BOSCH, 2002, p. 56). Parece que Bosch esta tentando dizer que se deve começar a aplicar os princípios do reino de Deus aqui na terra, isto é, viver o presente de forma integral, pensado sim no por vir, mas nunca esquecendo de agir aqui. O caos e o conflito fazem parte da sociedade atual, e fazer esse esforço de antecipação e aproximação do reino de Deus nos dias de hoje pode proporcionar um mundo mais justo. A pastoral dos surdos, se realmente pretende ser relevante, não pode se preocupar apenas em coisas do porvir e fechar os olhos para a realidade social. De nada serve uma pastoral se ela apenas pensar em agregar novos fieis ao reino escatológico de Deus. Um pastoral relevante é aquela que vive e luta junto com os surdos, que está inserida no mundo para transformá-lo em um lugar melhor para se viver, em antecipar o reino.

5.1 A PASTORAL NA PERSPECTIVA DAS CULTURAS E COMUNIDADES SURDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Depois de conhecer esses pressupostos básicos para se elaborar um pastoral que seja realmente relevante para os surdos, pode se começar a refletir propriamente sobre a pastoral dos surdos. Uma pastoral dos surdos pode ser conceituada como a ação da igreja no mundo, história e sociedade em que os surdos então inseridos. Mas antes de se pensar essa ação é necessário que se estabeleça alguns princípios que vão contribuir para o bom desempenho dessa pastoral. O primeiro passo é saber que a pastoral pode e deve ser aplicada a todos, sem distinção de cor, raça, etnia, sexo ou nenhum outro aspecto. Apresentar a pastoral para todos e estabelecer alguns pressupostos para que isso aconteça são de extrema importância. O segundo passo necessário para a criação de uma pastoral dos surdos relevante é reconhecer que ela precisa está ligada a língua de sinais e reconhecê-la como meio pelo qual o surdo vai poder ser atingido e beneficiado. Sem língua de sinais não pode existir pastoral de surdos, da mesma forma que um missionário nunca vai conseguir exercer seu papel em um determinado lugar se ele não souber a língua do povo deste lugar. Por esse motivo a pastoral precisa andar junto com a língua de sinais e estar sempre envolvida com a cultura e comunidade surda, pois esse é o espaço onde ela vai atuar. O terceiro passo é reconhecer que o surdo precisa ser o

agente protagonista da pastoral, isto é, os surdos devem ser aqueles que vão lutar, agir, transformar a sua própria realidade. Isso não quer dizer que os ouvintes não possam atuar como agentes dessa pastoral, mas sim dizer que é importante que o próprio ouvinte incentive o surdo a se movimentar e a lutar pelos seus objetivos, por uma vida mais digna. Surdos e ouvintes são agentes da pastoral, e ambos devem exercer o papel de protagonistas dessa ação. O quarto passo é o de apresentar alguns pressupostos sobre a igreja em relação ao surdo, qual o papel que ele tem exercido e o que precisa ser modificado. Visto que a pastoral é o agir da igreja no mundo, ela também precisa se preocupar com os surdos que fazem parte desse mundo. Esses quatro passos são o início para que se tenha uma pastoral que viabilize a vida e seja relevante para os surdos. Irá se analisar cada um deles de forma separada para que haja um bom entendimento de cada um.

5.1.1 Pastoral para todos

Libânio mostra que a ação da igreja não pode ser exclusivista ou separatista, em que um grupo é atendido e outro não. A pastoral precisa incluir a todas as pessoas, não importando a raça, cor, sexo, cultura, língua, entre outras características. Tratar de forma fraternal todas as pessoas deve ser o papel primordial da igreja cristã, visto que esse foi o exemplo maior que Jesus deixou (LIBÂNIO, 1982). É novidade no Brasil essa questão de uma pastoral direcionada para os surdos, pois durante muito tempo esses indivíduos não eram reconhecidos como membros de determinadas comunidades religiosas, e por isso não se pensava em uma ação da igreja sobre eles. Esse quadro tem sido revertido e atualmente já existem vários grupos dentro das igrejas que estão se dedicando ao trabalho com surdos, às vezes de forma precária, mas estão fazendo alguma coisa. Pode-se contrastar com o exemplo do tipo de ação que a igreja realizava com os surdos na Idade Média, em que eram considerados desalmados e sem nenhum direito, conforme visto anteriormente.

A pesquisa realizada com os intérpretes de comunidades religiosas do estado do Rio de Janeiro apresentaram alguns resultados que mostram a pastoral ainda em fase de transição, e sua ação tem se dado de forma bem precária, e isso tem se dado por vários motivos, como por exemplo: falta de envolvimento dos membros da igreja, carência quanto ao preparo, entre outros. Esse resultado pode ser percebido na pergunta número quatro da entrevista com os intérpretes que fala sobre a práxis pastoral nas culturas e comunidades surdas do estado do Rio. Isso comprova que pelo fato de ser algo novo, ela ainda esta em desenvolvimento, e por esse motivo é de extrema importância que a pastoral dos surdos cresça de forma saudável, pois ainda a tempo de tirar as coisas que não prestam e modificar o que precisar.

Um dos entrevistados pertencente à igreja Católica disse que a pastoral dos surdos está carregada de proselitismo e tem se esquecido dos problemas sociais do surdo. Essa foi uma grande contribuição, pois infelizmente essa tem sido a realidade dos ministérios com surdos. Eles na maioria das vezes estão preocupados em trazer novos surdos para a igreja, em torná-los membros atuantes e contribuintes, mas se esquecem de agir na agenda social do surdo. Essa visão proselitista não acontece apenas na pastoral dos surdos, mas em todas as práticas da igreja.

Uma pastoral para todos deve rever os conceitos e lutar por construir uma plataforma em que todos são assistidos em suas necessidades. Abrir mão do proselitismo e começar a pensar na realidade social deve ser o mais importante objetivo da pastoral com os surdos. Vivem-se conflitos entre surdos e ouvintes diariamente na sociedade, e a pastoral precisa agir em meio a essa situação para tentar melhorar a vida de todos. Agir em prol de todos e com todos; esse deve ser o alvo da pastoral que deseja ser relevante uma perspectiva social e histórica do mundo.

A Igreja Católica do Brasil tem uma pastoral dos surdos designada de EFFATA e que está ligada a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). Um dos principais objetivos dessa pastoral é o de “buscar uma verdadeira inclusão dentro da igreja, ao mesmo tempo superando preconceitos e respeitando as individualidades e diferenças de cada pessoa” (CNBB, 2006, p. 22). Esse deve ser o papel da pastoral, não se limitando apenas a igreja, mas contagiando toda a sociedade. Uma pastoral para todos precisa incluir e respeitar a todos a partir de suas respectivas diferenças.

5.1.2 A língua de sinais e a pastoral.

Para se pensar uma pastoral na perspectiva das culturas e comunidades surdas é necessário que a mesma leve a sério as questões culturais desse grupo. A língua de sinais é o grande diferencial das comunidades e culturas surdas, e uma pastoral direcionada nesta área não pode abrir mão de ter a língua de sinais inserida na sua ação. Os agentes da pastoral, sejam surdos intérpretes, precisam estar sempre atentos os estudos sobre esta língua, participando de cursos, palestras e várias outras atividades que venham aprimorar ou reciclar a compreensão desses indivíduos.

Todo aquele que deseje fazer parte da pastoral dos surdos, antes de qualquer coisa, precisa aprender a língua de sinais para que possa haver interação e os objetivos alcançados. Existem os casos de surdos oralizados, mas mesmo esses, pelo menos nas igrejas

entrevistadas, também se utilizam da língua de sinais, pois é de alcance de todos os participantes do ministério, e por esse motivo acredita-se que a aprendizagem dessa língua é fator primordial. As entrevistas realizadas com os ouvintes participantes do ministério com surdos mostraram nos seus dados demográficos que todos eles (ouvintes) conhecem a língua de sinais ou estão começando a conhecer, no caso daqueles que estão a pouco tempo no ministério. Em contrapartida, foram encontrados alguns surdos que não conheciam a língua de sinais e nem a língua portuguesa, se tornando por esse motivo seres com possíveis dificuldades na comunicação, seja com os surdos ou com os ouvintes. Entretanto os outros ouvinte e surdos da mesma igreja estavam ensinando a língua de sinais, pois, sem ela, o sujeito surdo não irá compreender nada que está ao seu redor, nem mesmo a interpretação do culto.

Existem algumas instituições religiosas que têm exercido forte influência na divulgação da língua de sinais nas igrejas, como é o caso do ministério com surdos da Junta de Missões Nacionais (JMN) que é ligada a igreja batista. Esse ministério é liderado pela missionária intérprete Marília Moraes Manhães. Esse ministério tem realizado cursos de língua de sinais em algumas igrejas, na sua maioria batista, para que a partir do aprendizado dessa língua possa se pensar em criar um ministério com surdos (FENEIS, 2004). A JMN tem produzido alguns materiais de métodos para implantação de ministério com surdos, como é o caso do manual “o clamor do silêncio”, que mostra passo a passo como se iniciar um trabalho com os surdos dentro de uma igreja. Este manual apresenta textos numa linguagem acessível tanto ao surdo como para o ouvinte. Ele foi elaborado pela JMN juntamente com um grupo de surdos e ouvintes ligados a esta instituição missionária. O objetivo principal desses materiais é mostrar as igrejas que não é possível pensar em pastoral dos surdos sem antes conhecer a língua de sinais e a cultura desse grupo. Por esse motivo, se houver o objetivo de fazer uma pastoral para os surdos em que inclua a todos, é necessário que os participantes dessa pastoral aprendam a língua de sinais e mergulhem a fundo nas culturas e comunidades surdas.

5.1.3 O surdo como agente da pastoral

Durante muito tempo o surdo ocupou um lugar de passividade, em que apenas sofria ações de outrem. Isso ocorria e ainda ocorre em alguns ambientes por causa da visão que alguns indivíduos têm sobre os surdos e também pela percepção deturpada que o próprio surdo tinha sobre si: pensa-se o surdo como ser incapaz, que não pode andar com as próprias pernas, gerando uma ação paternalista sobre ele. Mas isso tem sido modificado nos últimos

tempos, pois eles estão saindo de um estado de passividade e começando a agir e interferir ativamente no processo de reconstrução de sua própria história. Isso pode ser comprovado pelo resultado das pesquisas de campo realizadas com os surdos, em que se relata que mais da metade dos surdos estão exercendo algum tipo de atividade na prática pastoral. Esse resultado pode ser percebido na pergunta número seis, em que se perguntou ao surdo se ele exercia algum tipo de atividade na igreja, e se sim qual seria essa atividade. Conforme já foi dito, um pouco mais da metade disse que exerce alguma atividade e a outra parte são apenas espectadores participantes. Está se vivendo dias de transição. Os surdos estão começando a se dar conta de que eles precisam sair do estado de inércia e começar a reconstruir a sua realidade.

Atualmente já existem vários padres e pastores surdos no Brasil, e isso demonstra que realmente eles estão começando a assumir o papel de protagonistas de sua história. Um exemplo a ser citado é o do primeiro padre surdo do Brasil chamado Vicente de Paulo Penido Bunier que atualmente se encontra com a saúde debilitada, mas que muito contribuiu com a pastoral dos surdos do Brasil (CNBB, 2006). Outro exemplo é o do pastor Carlos Eduardo que atua como pastor do ministério com surdos da Primeira Igreja Batista da Vila da Penha-RJ, e que tem exercido um bom trabalho com os surdos de sua comunidade. Um entrevistado ouvinte da igreja católica disse em resposta a pergunta número sete que a única forma de se contribuir com a libertação integral dos surdos é: levá-los a agir como protagonistas de sua realidade. Esse dado é muito pertinente, pois coloca o surdo como agente e não apenas como participante da pastoral.

O livro que apresenta a pastoral dos surdos da igreja Católica no Brasil mostra que o surdo deve ser preferencialmente, o agente da pastoral que vai levar o amor de Jesus e a libertação integral de si próprio e dos outros surdos (CNBB, 2006). Isso não quer dizer que ouvintes não possam atuar como agente, muito pelo contrário, ambos devem trabalhar juntos.

5.1.4 A igreja cristã e a pessoa surda.

Klaus Ernesto Kuchenbecker em sua dissertação no curso de mestrado em Teologia abordou sobre o trabalho com pessoas surdas numa congregação de ouvintes. Essa foi a única pesquisa acadêmica encontrada na área de pastoral em relação aos grupos surdos, durante a presente investigação. Kuchenbecker mostra que o papel principal da igreja é o de

“ensinar a sociedade como receber e trabalhar com os surdos, visto que eles têm muito a oferecer. E tudo o que ela conseguir com os surdos, a sociedade também terá proveito. Nisto, reafirmo que a igreja é um instrumento transformador da sociedade” (KUCHENBECKER, 2006, p. 97).

Grande é a tarefa da igreja em relação aos surdos, pois ela tem o dever, como mostra Kuchenbecker, de ensinar a sociedade de uma forma geral a se relacionar com o surdo e de viver em união como o mesmo. Essa proposta é muito interessante, pois apresenta a igreja como transmissora de ideias saudáveis para a sociedade. É possível Aplicar-se neste contexto a ideia de antecipar o reino de Deus promovendo princípios solidários e de fraternidade. A igreja não é apenas aquela que prega a parusia de Jesus, mas é também a educadora de uma sociedade que se encontra em um estado de conflito, seja com respeito aos surdos, seja quanto a outras pessoas.

Ver a igreja como instrumento transformador da sociedade é muito relevante, pois seu papel, que é o de proporcionar uma vida melhor a todos os cidadãos, auxiliando no que for necessário e transformando a sociedade quando preciso for. Uma igreja que tenha essa visão social da realidade é uma igreja relevante para as pessoas, pois se preocupa com a salvação integral das pessoas e não apenas em salvar as suas almas. Visto que a pastoral dos surdos não é uma organização independente da igreja, isto é, não existe pastoral dos surdos fora do ambiente eclesial, a igreja que contenha a prática pastoral dos surdos precisa ser uma igreja que queira sempre ensinar a sociedade e transformá-la no que for preciso, para que tanto o surdo como o ouvinte interajam de forma mais eficaz e relevante. O teólogo Leonardo Boff que é considerado um dos principais teólogos da libertação traz uma excelente contribuição sobre o principal objetivo do religioso e consequentemente da igreja. Boff diz que “Deus não necessita para si pessoas e coisas que se reservem a Ele. O que Ele necessita são de representantes seus no mundo” (BOFF, 2002, p. 150). As palavras de Boff comprovam o que tem sido dito, isto é, uma igreja que age para uma transformação do mundo e não se reserva e se abstém dele. É uma ação da igreja em prol de uma sociedade melhor, em que surdos e ouvintes possam viver.

A pesquisa de campo realizada tanto com os surdos como com os intérpretes apresentou uma visão positiva da pastoral com os surdos, o que demonstra mais uma vez que a igreja brasileira está se voltando para questões relevantes no âmbito das relações sociais. Os surdos relataram que se sentem amados e acolhidos por todos da igreja, e a maioria dos intérpretes disse que os surdos têm sido vistos pelos ouvintes como pessoas normais e capazes como qualquer outro membro. Portanto, os tempos são de mudança de mente e de

comportamento, mesmo que isso venha acontecendo de forma precária e bem lentamente. A responsabilidade de promover essa transformação social é da igreja.

5.2 A PRÁXIS PASTORAL NAS CULTURAS E COMUNIDADES SURDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Este tópico pode ser considerado o mais importante, pois tudo o que foi dito anteriormente teve o objetivo de preparar o caminho para se chegar aqui, isto é, na práxis pastoral em relação às culturas e comunidades surdas do estado do Rio de Janeiro. A parte histórica, social, a pesquisa de campo e a elaboração de uma pastoral dos surdos não fariam sentido se não fosse proposta uma práxis em que tudo o que foi investigado e aprendido pudesse ser colocado em movimento. O eixo principal deste trabalho é o de apresentar a pastoral como práxis de uma libertação integral dos surdos do estado do Rio. Tudo o que antecedeu a este tópico foi de extrema relevância, pois sem esse conteúdo não seria possível pensar em uma ação. A teoria e a prática precisam andar juntas para que a obra seja realmente relevante e faça a diferença em todos os aspectos. As pessoas costumam elaborar várias questões, criar vários métodos, mas esquecem que se não forem colocados em prática de nada vale. É por esse motivo que se apresentará neste tópico, a partir dos pressupostos teóricos já levantados, uma proposta de ação por parte da pastoral em relação às culturas e comunidades surdas. Vale ressaltar que o leitor ao ler esta parte do trabalho deve ter em mente que as coisas apresentadas aqui precisam ser coladas em prática, e não simplesmente ficar no papel, o que a tornaria sem eficácia e relevância.

Para pensar na práxis libertária da pastoral com os surdos é de extrema relevância que se utilize de alguns pressupostos que possam norteá-la. A Teologia da Libertação (TdL) foi a linha escolhida para tal, visto que esta tem o principal objetivo de libertar aqueles que estão sendo oprimidos por alguma coisa e de incluir os que vivem na marginalização social. Libânio mostra que a TdL nasceu com esse nome em 1971, e que apesar de ser recente, tem vivido um ciclo profundo em que já passou por momentos de glória e de tormentos, foi tida como morta mas que continua até os dias atuais abrindo-se aos desafios emergentes (LIBÂNIO, 2007). Pelo fato de ser uma teologia voltada para questões sociais, a TdL já sofreu muitas repressões pela classe dominante, pois é uma teologia que combate a desigualdade social, o que não é agradável para os poderosos. Mas mesmo com todas as tormentas que tem enfrentado, ao voto de silêncio a que foi condicionada, ainda assim essa corrente tem ocupado e realizado um excelente trabalho na América Latina e principalmente no Brasil. Este trabalho não pretende fazer uma profunda investigação da TdL, mas apenas

dizer que ela pode servir como meio pelo qual se possa elaborar uma práxis libertária a partir da pastoral dos surdos.

Libânio conceitua a TdL como sendo “uma reflexão prática pastoral de cristãos ou não, empenhados no processo de libertação à luz da Revelação, em vista de uma prática coerente com a mesma revelação e com a finalidade libertadora” (LIBÂNIO, 2007, p. 41). Esse conceito sugere uma reflexão não apenas no âmbito cognitivo, mas principalmente prático. A luz da bíblia pretende-se engajar na causa libertadora de si mesmo e do outro. Essa é uma proposta totalmente vinculada ao contexto latino-americano, e o mais relevante é que não se faz TdL em gabinete ou dentro de igreja, mas sim junto com o povo e lutando a favor dele. Essa é a visão que a pastoral dos surdos precisa se engajar para que sua práxis seja mais relevante, sempre buscando uma finalidade libertadora.

Antes de se refletir na ação pastoral sobre os surdos é de extrema relevância que se conheça o contexto que ele está inserido. Leonardo Boff diz o seguinte: “a América Latina comparece como um continente subdesenvolvido e retardatário em relação aos países opulentos do hemisfério norte” (BOFF, 2002, p. 75), isto é, um país que predomina a fome, a vida subumana, a desigualdade, em que poucos lideram e muitos são liderados e sobrecarregados. Quando se pretende pensar sobre surdos brasileiros, é de extrema importância levar em consideração o contexto latino-americano em que estão inseridos, onde a falta de fraternidade tem gerado a exclusão e opressão da grande maioria. A TdL é extremamente preocupada com esse contexto, pois foi gerada e produzida a partir dele e, por esse motivo ela está sendo utilizada neste trabalho como norteadora dessa ação pastoral. Quando se pensa em Brasil, liga-se logo aos diversos tipos de desigualdade social. Os surdos são integrantes desta realidade e compartilham dos conflitos que este país tem passado. O principal caminho a se seguir para que esse quadro seja modificado é começar a mexer na base para que as colunas sejam abaladas, isto é, o povo precisa ser conscientizado e incentivado a lutar por dias melhores, abalando assim o sistema que o oprime e transformando-o. A mudança começa de baixo. É dessa forma que a TdL tenta transformar o caos latino-americano. Ligada às ciências humanas, os grupos engajados a partir dessa visão teológica têm feito muito por várias pessoas brasileiras, e os surdos precisam também ser alvo deste ideal libertário e humanista.

Depois desses esclarecimentos, fica mais nítido pensar especificamente sobre a pastoral e sua práxis libertária em relação às culturas e comunidades surdas do estado do Rio de Janeiro. Mesmo sendo algo novo e ainda em processo de construção, a pastoral dos surdos pode e tem o dever de contribuir para que os surdos do estado do Rio e de todo Brasil e

mundo tenham uma vida mais digna e respeitadora. A pesquisa de campo realizada com os surdos apresentou um resultado muito positivo, mas quando se perguntou se a sociedade de maioria ouvinte tem respeitado o surdo, o resultado foi realista e negativo, isto é, a maioria dos surdos disse que os a sociedade ouvinte de uma forma geral não tem respeitado os surdos juntamente com suas culturas e comunidades. Se a igreja é quem deve agir para a transformação da sociedade como foi visto acima, ela não pode ficar calada e deixar que isso continue acontecendo. Os próprios ouvintes participantes de ministérios com surdos que foram entrevistados disseram na sua maioria que a sociedade tem excluído e oprimido os surdos. Os primeiros relataram que a grande causa disso tem sido a falta de conhecimento. Diante dessa realidade o que a igreja do estado do Rio de Janeiro tem feito para transformá-la? Vale cita um versículo bíblico que fala exatamente dessa transformação. “E não vos conformeis com este século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus” (Rm. 12.2). O apóstolo Paulo está dizendo aos leitores de sua época para não se conformarem com o século em que estavam vivendo. É possível que muitas coisas erradas estivessem acontecendo naquela época, e que alguma coisa precisava ser feita, a ponto de o escritor dizer para seus leitores transformarem a realidade da sociedade deles, e assim todos celebrariam e viveriam as coisas boas que Deus tem para cada ser humano. Esse verso pode ser perfeitamente aplicado na sociedade contemporânea, em que se vive em constante conflito. A igreja brasileira, ao se deparar com o quadro que os surdos apresentam, não pode se conformar, aceitando sem nada fazer. Ela precisa agir, transformar, modificar, mesmo que isso seja difícil e doloroso, mas é o que precisa ser feito para se ter uma pastoral relevante que vá além de mero proselitismo. Uma pastoral que olhe para o surdo e faça a diferença na vida dele e da sociedade onde ele está inserido. Uma pastoral engajada com a agenda social dos surdos do estado do Rio.

Para se criar uma ação pastoral relevante para os surdos, é necessário que haja uma interação entre todos aqueles agentes, não importando a que tipo de religião ou denominação pertença. O livro da CNBB que relata a história da pastoral e apresenta alguns modelos de como deve proceder uma pastoral com surdos diz o seguinte:

“Dentro das comunidades cristãs, percebemos pouco trabalho inter-religioso e até mesmo ecumênico. Há necessidade urgente de uma abertura maior para o diálogo e para momentos celebrativos com os cristãos de outras confissões” (CNBB, 2006).

A proposta aqui é se abrir para o diálogo inter-religioso, mas parece que está restrita apenas a religião cristã. Ainda que esse trabalho tenha se ocupado em investigar apenas as comunidades religiosas de cunho cristão, é de extrema importância se abrir para um diálogo com as outras religiões que também estão lutando pela causa surda. O doutor em ciências da religião Luiz Longuini Neto diz que o movimento ecumênico tem uma grande importância para “o Diálogo Inter-religioso, que procura despertar em todos a importância das religiões e o respeito por todas elas” (NETO, 2005, p. 57). Essa proposta ecumênica parece ser mais relevante, pois não está limitada ao arraial cristão, mas convida a todos a se sentarem a mesa e dialogar. Esse diálogo pode gerar grandes resultados e fazer com que a pastoral dos surdos contagie ainda mais a sociedade e de forma bem mais rápida, pois o tempo de agir é hoje, essa é a hora de se movimentar a favor de uma pastoral libertária dos surdos.

Existe uma música que fala sobre a partilha do pão com todas as pessoas e que se encaixa perfeitamente ao objetivo final deste trabalho, que é o de propor uma sociedade mais justa e fraterna, em que não haja tanta exclusão, opressão e práticas preconceituosas, e que prevaleça o amor acima de todas as coisas. A letra é de Elza Tamez e a música de Flávio Irala, e diz assim:

Venham, celebremos a ceia do Senhor, façamos todos juntos um enorme pão e preparemos muito vinho como em Caná. Que as mulheres não esqueçam o sal. Que os homens tragam o fermento. Que venham muitos convidados. Cegos, surdos, coxos, pobres. Ninguém ficará com fome (Elza Tamez e Flávio Irala, apud LONGUINI, 2005, p. 64).

A pastoral que visa promover uma libertação integral dos surdos do estado do Rio de Janeiro deve sempre tentar proporcionar uma vida mais digna para esses sujeitos, preocupando-se não apenas com a área espiritual, mas principalmente com as questões sociais que eles têm vivido. O Brasil está começando a aceitar os surdos e a respeitá-los, mas isso tem acontecido de forma muito precária e lenta. Cabe a pastoral agir em prol desses sujeitos levando esclarecimentos e modificando o quadro caótico que ainda faz parte da situação dos surdos brasileiros.

Encerra-se este capítulo citando o segundo maior mandamento de acordo com Jesus. “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mat. 22:39). Quando se ama o próximo como a si mesmo tudo pode acontecer. Por mais que está hipótese levantada neste trabalho sobre a pastoral como práxis de libertação integral do surdo pareça utópica, quando se ama ela realmente pode acontecer, pois o verdadeiro amor pelo outro faz com que haja uma entrega total a favor da causa do outro. Tentar colocar essa proposta libertária em prática deve ser o

passo a ser dado por cada pessoa que verdadeiramente ame e se preocupe com os surdos. Mesmo que não se consiga alcançar todos os ideais propostos, mas em alguma coisa essa ação com certeza vai interferir e incentivar outros a se movimentarem e ajudar nesta caminhada. Surdos e ouvintes unidos com um só propósito: levar libertação aqueles que estão presos pelo sistema opressor. A fraternidade deve ser a bússola que conduzirá a todos à antecipação do reino de Deus aqui e agora.

6 CONCLUSÃO.

Este trabalho examinou um vasto conteúdo sobre as culturas e comunidades surdas, considerando aspectos históricos, sociais e pastorais. Cada passo que aqui foi estabelecido, tentando sempre seguir uma sequência, teve como objetivo principal investigar os surdos e suas particularidades, e a partir disso elaborar uma proposta de práxis libertária para esses indivíduos.

Foi possível perceber que a visão que se tinha do surdo em antes da Idade Moderna não era muito boa, o que ainda reflete até os dias de hoje. O legado histórico desse período deixa uma marca muito forte e lembranças dolorosas de seus antecedentes. Os surdos não eram respeitados como pessoas normais, pois se achava que carregavam maldições dos deuses e coisas do tipo. A Idade Moderna, com a influência do Renascimento e sua visão humanista, apresentou uma nova perspectiva sobre a pessoa surda, o que começa a gerar, a partir desse momento, um novo rumo da história dos surdos. Vários educadores, que na grande maioria também eram religiosos, começaram a se empenhar na educação dos surdos, tentando torná-lo parte integrante da sociedade. Mas o caminho que a maioria desses educadores escolheu foi o da tradição oral, que dá total valor a fala através de sons articulados. Neste período, mesmo que de forma mais branda, a falta de respeito pela cultura surda predominou e ainda continua predominando. Os ouvintes colonizavam os surdos fazendo com que eles fossem obrigados a se tornarem pseudo-ouvintes, e quando isso não acontecia eram condenados a viver isoladamente do meio social. Os últimos trinta anos tem feito toda a diferença na história dos surdos, pois várias conquistas as culturas e comunidades surdas têm alcançado, e isso se deve aos vários estudos sobre surdos que estão desmitificando as visões erradas que se tinha sobre esses indivíduos.

As relações sociais entre surdos e ouvintes que foram investigados neste trabalho relevam a exclusão e opressão dos ouvintes em relação aos surdos. Descobriu-se que uma das principais causas disso estar acontecendo é a falta de conhecimento sobre quem seja esse outro ser surdo. Pelo fato de se utilizar de uma língua de modalidade espaço-visual, o surdo é

tachado muitas vezes como deficiente, e conseqüentemente de incapaz, levando-o por esse motivo a uma vida afastada do meio social. Mas a resistência surda contra o poder opressor da sociedade ouvinte mostrou que eles são pessoas normais, capazes como qualquer outra. O princípio que os próprios surdos estabeleceram para se erguerem foi o de que eles não são deficientes, mas sim diferentes.

A pesquisa de campo foi o cerne deste trabalho por apresentarem dados de extrema relevância: as opiniões daqueles que estão envolvidos nas pastorais dos surdos lutando por dias melhores e por um ambiente mais justo para todos, seja dentro da igreja ou na sociedade de forma geral. Os resultados obtidos mostraram que as igrejas em que a pesquisa foi realizada estão vivendo momentos de transformação, mas que ainda há muito a fazer. Começa-se a reconhecer o surdo como membro da comunidade, mas continua existindo carência e falta de conhecimento muito grande que tem inviabilizado em alguns aspectos a vivência desses sujeitos neste ambiente. A pesquisa revelou que mesmo com as recentes transformações que vem acontecendo, existe muito a ser feito, não só dentro da igreja, mas principalmente fora dela. Eis a hora de agir em prol de dias melhores. O que precisa ser feito é se divulgar a língua de sinais, levar conhecimento de quem seja o surdo, sua cultura e comunidade, e assim por diante.

Algumas concepções que prejudicaram e continuam prejudicando as culturas e comunidades surdas foram quebradas no decorrer deste trabalho, como por exemplo, a visão patológica que vê o surdo como deficiente. Apresentou-se a proposta de perceber o surdo como diferente e não necessariamente como deficiente o que viabiliza a uma visão de mais respeito a esses indivíduos. Percebê-lo como deficiente é apenas olhar para as coisas que eles não têm, mas quando se reconhece que o surdo é um ser diferente, abre-se a oportunidade para possíveis contribuições desses indivíduos. Os surdos são pessoas diferentes que têm muito a contribuir e a ensinar. As mudanças de paradigmas foram de extrema relevância para que se pudesse começar a pensar em uma sociedade onde haja respeito pelos diferentes e todos possam se sentir acolhidos e parte do meio. Antes de propor a construção de um ambiente mais justo e digno para surdos e ouvintes, foi necessário sugerir a desconstrução do sistema opressor e excludente que predominava, e ainda predomina. Essa desconstrução já está vivendo uma fase inicial e tem acontecido de forma bem lenta, mas foi possível perceber que os pilares do sistema opressor estão começando a se abalar, como por exemplo, as recentes leis de acessibilidade, inclusão, respeito pelos direitos dos surdos, entre outros, o que já é uma grande vitória se comparado a épocas passadas. Tem-se vivido um momento da história em que os próprios surdos estão se levantando contra esse sistema e lutando por uma vida mais

digna e justa, em que se aplica o princípio da equidade a todos. E esse momento tem sido vivido hoje, visto que a resistência surda contra a força opressora da sociedade está se erguendo e mostrando que são capazes e podem contribuir em muitos aspectos.

É neste contexto de transição e transformação que a sociedade brasileira está vivendo que a pastoral surge como possível instrumento de libertação, em que possa contribuir na transformação e na reconstrução de uma ambiente mais saudável para todos os indivíduos, sejam eles surdos ou ouvintes. A proposta da criação de uma pastoral a partir dos pressupostos histórico-sociais que foi apresentada neste trabalho deve ser compreendida como um instrumento que possa vir a viabilizar essas mudanças de paradigmas que o Brasil e o estado do Rio de Janeiro estão vivendo, em que se estabeleça o respeito pelos diferentes e a boa relação com e entre eles.

Concluí-se este trabalho retomando a que a hipótese levantada no início desta pesquisa em que a pastoral é apresentada como possível instrumento de libertação integral dos surdos. Considera-se que tal só poderá acontecer se os pressupostos histórico-sociais das culturas e comunidades surdas forem levados a sério, e se toda teoria ganhar forma e interferir na sociedade através da práxis. É necessário que haja uma opção da igreja a favor daqueles que tanto necessitam, e os surdos precisam dessa ação sobre eles, não de forma proselitista e dogmática, mas sim de forma libertária e fraternal. Pastoral sem ação não faz sentido, e por isso se propõe que todos aqueles que acreditam em dias melhores para as culturas e comunidades surdas, se juntem e unam forças para uma ação extremamente relevante em toda a sociedade Brasileira. A esperança precisa andar de mãos dadas com a solidariedade para que o agir da igreja no mundo, na história e na sociedade seja relevante e faça a diferença na vida dos surdos do estado do Rio de Janeiro, do Brasil e de todo o mundo. Que o amor ensinado e praticado por Jesus possa nortear esse agir em prol da transformação. Que todos venham compartilhar do mesmo ideal libertador e inclusivo da pastoral, e de mãos dadas construir dias melhores em que surdos e ouvintes vivam a verdadeira fraternidade.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Trad. João Ferreira de Almeida. Ed. revista e atualizada. 2 ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BOFF, Leonardo. *Experimental Deus: a transparência de todas as coisas*. 4 ed. Campinas: Verus, 2002.

BOSCH, David J. *Missão transformadora: mudanças de paradigmas na teologia da missão*. Trad. Geraldo Korndörfer e Luiz Marcos Sander. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2002.

CNBB. *Pastoral dos surdos rompe desafios e abraça os sinais do reino na igreja do Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2006.

FELIPE, Tanya A. *Libras em contexto*. 7 ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2006

FENEIS. Projeto saber auxilia integração dos surdos. *Feneis*, Rio de Janeiro, ano V, n. 23, p. 17, Julho/Dez. 2004.

KELMAN, Celeste Azulay. Multiculturalismo e surdez: uma questão de respeito as culturas minoritárias. In: FERNANDES, Eulália (org.). *Surdez e Bilinguismo*. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 87-103

KUCHENBECKER, Klaus Ernesto. *O trabalho com pessoas surdas numa congregação de ouvintes*. 2006. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, RS, 2006.

LIBÂNIO, J. B. *Pastoral numa sociedade de conflitos*. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. A Teologia da Libertação. In: FERNANDO, Edson e NETO, Luiz Longuini (orgs.). *Teologia para quê?* Rio de Janeiro: Mauad X e Instituto Mysterium, 2007. p. 33-52

NETO, Luiz Longuini. A missão como serva da liberdade e da esperança. *Revista Brasileira de Teologia*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 53-64, 2005.

PERLIN, Gladis T. T. *História dos Surdos*. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2002.

_____. A cultura surda e os intérpretes de língua de sinais. *Educação Temática Digital*, Campinas, v.7, n. 2, p. 135-146, jun. 2006.

_____. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). *A surdez: Um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2001. p. 51-73.

PFEIFER, Paula Veras. *Pensado a interação social dos sujeitos surdos: uma análise sobre a escolha da modalidade linguística – língua de sinais ou língua oral – pela família*. 2003. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

RAMOS, Clélia Regina. *LIBRAS: A língua de sinais dos surdos brasileiros*. Disponível em: <<http://www.editora-arara-azul.com.br>> . Acesso em 21/10/2007.

ROCHA, Solange. *Histórico do INES. Espaço: edição comemorativa 140 anos*. Belo Horizonte: Littera, 1997.

_____. *O INES e a educação de surdos no Brasil*. Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. v. 1. Rio de Janeiro: INES, 2007.

RODRIGUES, Zuleide. *A história da Educação dos surdos*. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/3639/1/historico-da-educacao-dos-surdos/pagina1.html>. publicado em 10/01/08>. Acesso em 24/07/08.

SÁ, Nídia Limeira de. *Cultura, poder e educação de surdos*. São Paulo: Paulinas, 2006.

_____. Os Estudos Surdos. *Feneis*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 15, p. 26-28, julho/out. 2002.

SACKS, Oliver W. *Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTANA, Ana Paula e BERGAMO, Alexandre. Culturas e identidades surdas: encruzilhadas de lutas sociais e teóricas. *Educação Social*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, maio/ago. 2005.

SILVA, Angela Carrancho da. A representação social da surdez: entre o mundo acadêmico e o cotidiano surdo. In: FERNANDES, Eulália (org.). *Surdez e Bilinguismo*. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 37-49.

SKLIAR, Carlos. A pergunta pelo outro da língua; a pergunta pelo mesmo da língua. In: LODI, Ana Claudia Balieiro (orgs.) e outros. *Letramento e Minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 07-12.

TESKE, Ottmar. As relações de poder(es) nos territórios contestados na surdez. CONGRESSO SURDEZ E PÓS-MODERNIDADE: NOVOS RUMOS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA, 2002, *Anais do Congresso Surdez e Pós-Modernidade: Novos rumos para a educação brasileira*. Rio de Janeiro: INES, 2002. p. 59-69.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel e MELLO, Anahi Guedes. Nem toda pessoa cega lê em Braille nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.33, n.2, p. 369-385, maio/ago. 2007.

ANEXOS

LEI N.º 10.436 de 24 de abril de 2002

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Renato Souza

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/lei10436.txt>. Acesso em 17/07/08

CÓDIGO DE ÉTICA DOS INTÉRPRETES DE LIBRAS.

- 1) O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confiante e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas à ele;
- 2) O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja perguntado pelo grupo a fazê-lo.
- 3) O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar os limites da sua função particular - de forma neutra - e não ir além da sua responsabilidade.
- 4) O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e usar prudência em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas.
- 5) O intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função;
- 6) O intérprete deve ser remunerado por serviços prestados e se dispor a providenciar serviços de interpretação, em situações onde fundos não são disponíveis.
- 7) Acordos a níveis profissionais devem ter remuneração de acordo com a tabela de cada estado, aprovada pela FENEIS;
- 8) O intérprete jamais deve encorajar pessoas surdas a buscarem decisões legais ou outras em seu favor;
- 9) O intérprete deve considerar os diversos níveis da Língua Brasileira de Sinais.
- 10) Em casos legais, o intérprete deve informar à autoridade quando o nível de comunicação da pessoa surda envolvida é tal, que a interpretação literal não é possível e o intérprete, então, terá de parafrasear de modo crasso o que se está dizendo para a pessoa surda e o que ela está dizendo à autoridade.
- 11) O intérprete deve se esforçar para reconhecer os vários tipos de assistência necessitados pelo surdo e fazer o melhor para atender as suas necessidades particulares.

12) Reconhecendo a necessidade para o seu desenvolvimento profissional, o intérprete deve se agrupar com colegas profissionais com o propósito de dividir novos conhecimentos e desenvolvimentos, procurar compreender as implicações da surdez e as necessidades particulares da pessoa surda alargando sua educação e conhecimento da vida, e desenvolver suas capacidades expressivas e receptivas em interpretação e tradução.

13) O intérprete deve procurar manter a dignidade, o respeito e a pureza da Língua de Sinais. E também deve estar pronto para aprender e aceitar sinais novos, se isto for necessário para o entendimento.

14) O intérprete deve esclarecer o público no que diz respeito ao surdo sempre que possível, reconhecendo que muitos equívocos (má informação) tem surgido por causa da falta de conhecimento do público na área da surdez e comunicação com o surdo.

Fonte: http://www.feneis.org.br/page/interpretes_codigoetica.as. Acesso em 10/08/08

